



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 26 - Nº 497 - EDIÇÃO ESPECIAL – 26 DE ABRIL A 9 DE MAIO DE 2015 - R\$ 3,00

Viva o 1º de Maio de luta, classista e socialista!

**Lutemos pela independência de classe diante da política burguesa,
dos partidos da ordem capitalista e do Estado!**

Recuperemos os sindicatos como organização de defesa da vida dos explorados!

**Expulsemos a burocracia colaboracionista e traidora, construindo
uma nova direção revolucionária para os sindicatos!**

Derrotemos a ofensiva da burguesia contra a maioria explorada!



• **Editorial:**

Aprender com a história
e agir segundo as leis
das transformações

• Manifesto ao 1º de Maio

• O primeiro de Maio hoje
e a necessidade da greve geral

• Abaixo o PL da Terceirização!

• Combater a barbárie capitalista

• Os explorados estão diante
da tarefa de responder
à crise mundial do capitalismo

• Mártires de Chicago

• A mulher e o 1º de Maio

• O 1º de Maio e a Revolução Russa

• O 1º de Maio na Argentina,
Bolívia e Cuba

• Bolívia: Primeiro de Maio
Operários ao poder!

• O primeiro de Maio no
início do movimento
operário no Brasil

Política Operária

Aprender com a história e agir segundo as leis das transformações

Entregamos aos explorados, à juventude e à vanguarda que dedica suas energias para a revolução este número especial do jornal Massas. Devíamos essa tarefa. Talvez não tenha saído com a perfeição que pretendíamos, mas sem dúvida o leitor verá o esforço coletivo do Partido Operário Revolucionário em tratar da história do 1º de Maio como parte da luta revolucionária do proletariado mundial.

É bem provável que o estudo vivo das manifestações do 1º de Maio na Rússia, aqui apresentadas em conexão com a Revolução de Outubro de 1917, seja uma contribuição para o trabalho de formação dos quadros partidários leninistas e para desenvolver a luta pela independência política do proletariado brasileiro.

Muitos são os estudos sobre a história do 1º de Maio, seja geral ou particular em determinados países. Em parte recorremos a eles no que têm de informação e de análises que julgamos esclarecedoras. Não apresentamos a bibliografia consultada porque não vimos necessidade para esta publicação, a não ser quando se trata de citação. Nosso objetivo foi o de expor a experiência acumulada pelo proletariado na utilização do 1º de Maio como instrumento de luta coletiva contra a burguesia e seu Estado (na Rússia, contra os feudais e a monarquia) e extrair dela as lições de combate e diretrizes programáticas.

A ação política do bolchevismo, liderado por Lênin, mostra o lugar decisivo da direção marxista em todos os aspectos da luta de classes. Reconhecemos a importância dos anarquistas quanto à dedicação e ao destemor em organizar as greves e defender as reivindicações econômico-sociais do proletariado. É o que demonstraram os mártires de Chicago. Alberto Parsons colocou suas capacidades para divulgar a 1ª Internacional (Associação Internacional dos Trabalhadores), esteve à frente da organização do movimento operário e dirigiu o jornal Alarime. Pagou com a pena de morte, juntamente com outros companheiros anarquistas que, em Chicago, ousaram chefiar a greve e as manifestações em defesa das 8 horas de trabalho e direitos políticos e que em consequência da violência burguesa influenciou a decisão da II Internacional de fixar a data de 1º de Maio como dia dos trabalhadores.

Nas manifestações iniciais do 1º de Maio na América Latina, dentre elas as do Brasil, os anarquistas também tiveram importância decisiva. Mas suas ações se esgotavam no economicismo e no radicalismo sindical. Essa constatação também é muito conhecida. A incompatibilidade entre anarquismo e marxismo se tornou intransponível. As experiências de construção da I Internacional levarão à separação definitiva entre o extemporâneo socialismo utópico dos anarquistas e o socialismo científico do marxismo. Está aí por que é na Rússia que o 1º de Maio atingirá o ponto mais alto de sua história mundial.

As teses de Marx e Engels, sintetizadas no Manifesto do Partido Comunista, são aplicadas e desenvolvidas na luta do proletariado russo e internacional que culminará com a revolução de 1917. A Lênin, todas as manifestações da luta de classes eram motivos de ensinamentos e base para as formulações da política revolucionária. Os inúmeros atos de 1º de Maio, ainda quando

a socialdemocracia russa dava seus primeiros passos e se encontrava mergulhada nas formas artesanais do trabalho partidário, despertou a atenção de Lênin. A combinação de greves com os atos de 1º de Maio serviu-lhe para identificar as tendências de luta do proletariado, verificar o lugar das classes diante do processo revolucionário e desenvolver as diretrizes táticas e estratégicas. É claro que na Rússia se apresentava uma situação bem particular e distinta das potências européias.

O que pretendemos ressaltar é a necessidade insubstituível do partido revolucionário, enraizado no proletariado e capaz de dirigir a maioria nacional oprimida.

Em âmbito mundial, a burguesia e seus lacaios chegaram à conclusão de que o melhor seria transformar o 1º de Maio em instrumento de festividade e de conciliação de classes. Uma das medidas foi a de apagar a data de sua memória histórica, ou seja, do massacre em primeiro de maio em Chicago e da bárbara pena de morte imposta aos principais líderes anarquistas. Outra foi a de desvinculá-la da luta de classes e das reivindicações anticapitalistas. Finalmente, desfigurá-la como uma manifestação própria do proletariado. Os marxistas, ao contrário, lutam para que o 1º de Maio seja classista, revolucionário e socialista.

O capitalismo entrou em uma nova crise, que já indicou que será longa e destrutiva. O proletariado, demais explorados e a juventude não têm outra via a não ser combater com seus métodos e reivindicações próprias. Abre-se uma ampla perspectiva para a recuperação do terreno perdido da revolução para a contrarrevolução. Lutamos para pôr em pé o partido marxista-leninista-trotskista no Brasil e reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista. O Comitê de Enlace pela Reconstrução a IV Internacional, em 4 de abril, realizou sua Conferência e aprovou um conjunto de resoluções necessárias para a luta mundial do proletariado. Entregamos também aos explorados o Boletim Internacional do Comitê de Enlace, como parte de nossa luta pela revolução e ditadura proletárias.

Neste 1º de Maio de 2015, no Brasil, os explorados estão diante de um brutal ataque às relações de trabalho e aos direitos sociais. Somente não temos um poderoso movimento para fechar passagem aos ataques da burguesia porque a burocracia sindical colabora com os exploradores, parte dela sustenta o governo de Dilma Rousseff e parte dela como opositora serve diretamente à Federação da Indústria e do Comércio (Fiesp).

O 1º de Maio poderia ser um canal para os explorados cerrarem fileira contra a Lei da Terceirização e as Medidas Provisórias 664 e 665 que sacrificam o seguro desemprego, a pensão por morte, etc. Mas a burocracia cutista, cetebista e forcionista, cada uma a seu modo e interesses particulares, estará diante de uma multidão de trabalhadores arrastados pela diversão e pelos prêmios que amanhã estarão em luta contra o desemprego, a precarização das relações trabalhistas, a pobreza e a miséria.

É nesta tendência de luta que os marxistas se apóiam e levantam a bandeira do 1º de Maio classista, revolucionário e socialista. E conclamam os explorados a organizar a greve geral e derrubar as medidas antioperárias nas ruas.



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO – MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

Viva o 1º de Maio de luta, classista e socialista!

Aos explorados e à juventude oprimida

Lutemos por nossa independência diante da política burguesa, dos partidos da ordem capitalista e do Estado!

Recuperemos os sindicatos como organização de defesa da vida dos explorados!

Expulsemos a burocracia colaboracionista e traidora, construindo uma nova direção revolucionária para os sindicatos!

Derrotemos a ofensiva da burguesia contra a maioria explorada!

Não vimos nenhum caso de 1º de Maio em que a classe operária não estivesse sob ataque da burguesia e de seus governos. Sempre houve e haverá motivos para que o 1º de Maio seja de luta, classista e socialista.

O próprio 1º de Maio nasceu de violentos confrontos dos explorados com seus exploradores. O sistema de exploração do trabalho não tem como assegurar um só minuto de paz entre as classes opostas: a burguesia e o proletariado.

Nos momentos de crescimento econômico, a burguesia e seus governos podem se dar ao luxo de levantar bandeiras como a de “inclusão social”, “crescimento sustentável com distribuição de renda”, “igualdade racial” e de “gênero”, “reparação histórica”, etc. Foi o que se passou no período de 2003 a 2008, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva.

O governo do PT conseguiu ocultar o real inferno com a promessa do paraíso. É claro que o “sonho” petista de fim da miséria, de “três refeições ao dia a todo brasileiro”, de “saúde, educação e moradia” e de ascensão dos pobres para a condição de “classe média” foi amparado por medidas e algumas leis de limitada proteção social: Bolsa Família, Cotas raciais, Lei Maria da Penha, etc.

A burguesia nacional e internacional apreciou esse tipo de reformismo. As suas frações mais reacionárias esboçaram críticas

oposicionistas. O fundamental, no entanto, estava em que a burguesia via seus lucros crescerem e aumentava a concentração da propriedade privada. A classe média ria sozinha.

A burocracia sindical, por sua vez, se estruturou como uma casta social e política. Colocou-se como amortecedor entre a burguesia e o proletariado. Muitos sindicalistas se tornaram parlamentares. Tomaram assento no Estado. Fizeram-se interlocutores junto ao grande capital. Os parasitas do sindicalismo estatizante ganharam espaço político com a burguesia se enriquecendo, de um lado, e com os explorados sendo ludibriados, de outro.

O sindicalismo centrista – aquele que oscila entre a independência e a estatização dos sindicatos –, protagonizado pelas esquerdas, não foi capaz de organizar uma fração revolucionária do proletariado. De maneira que a classe operária chega desorganizada e controlada pelo sindicalismo burocrático em mais um 1º de Maio.

Levantemos bem alto a bandeira de independência política dos explorados diante da política burguesa, de desestatização dos sindicatos e de recuperação da democracia operária. Recuperemos a capacidade de luta grevista e de unidade dos explorados. Organizemos nacionalmente a classe operária com um programa classista: defesa dos empre-



gos, dos salários, das condições de existência e da proteção trabalhista.

Derrubar a Lei da Terceirização e as MPs 664/665

A “flexibilização do trabalho” foi montada pelo governo de FHC (PSDB) e prosseguiu com Lula (PT). Se no passado recente os ataques foram significativos, agora, os do governo Dilma impõem um dos maiores retrocessos.

A Lei da Terceirização precariza completamente as relações entre capital e trabalho. Abre caminho para selvagem exploração e dependência da classe operária às empresas de contratação da força de trabalho. A terceirização das “atividades meios” já demonstrou o quanto é prejudicial para os assalariados. Ao se generalizar para as “atividades fins”, a burguesia intensificará a exploração. Os trabalhadores perderão proteções conquistadas a duras penas pelo movimento operário. Com uma penada, o Congresso Nacional – cova de ladrões e inimigos do povo – acaba com o contrato coletivo de trabalho.

Esse ataque, unido com o das MPs 664/665, configura um ato de ditadura de classe da burguesia sobre a maioria explorada. Tudo se passa sob a anuência do governo, quando não de sua iniciativa. **O 1º de Maio deve de punhos fechados e com uma única voz gritar: Abaixo a Lei da Terceirização e as MPs 664/665. Deve fazer um chamado à classe operária a resistir aos ataques da burguesia e dos governos: que a CUT rompa com o governo e organize imediatamente uma campanha nacional sob a bandeira da greve geral para derrubar a Lei e as MPs, defender os empregos e os salários. Que a CSP-Conlutas e a Intersindical convoquem imediatamente uma plenária unificada para lançar a campanha nacional e preparar as condições para a greve geral. Que o 1º de Maio diga: não aceitamos que as centrais negociem nossas conquistas trabalhistas com o Congresso Nacional e com o governo. Eis nossa tarefa: derrubar com greves e manifestações de rua as medidas antioperárias!**

Pôr em pé a Oposição Revolucionária ao Governo burguês antinacional e antipopular de Dilma Rousseff

Neste 1º de Maio, a burocracia alinhada com o governo (PT/PMDB/PP/PCdoB, etc) fará a defesa de Dilma; a alinhada com a oposição (PSDB/DEM/PPS/PSB/SD, etc.) pedirá o “impeachment”. A classe operária necessita levantar a sua estratégia própria. Não deve seguir as manobras políticas dos governistas e dos oposicionistas.

Dilma Rousseff necessita superar os abalos diários provocados pela Operação Lava Jato e pelos serrados ataques do PSDB e aliados oposicionistas. Tem de levar adiante o Plano Levy, que é recessivo, pró-capital financeiro e antipopular. Os explorados estão em situação completamente oposta ao governo e à oposição, que expressam de conjunto a política burguesa para a crise do capitalismo. Ou os oprimidos se lançam contra as medidas de Dilma e do Congresso, ou arcarão com um brutal sacrifício.

A classe média se colocou a serviço da estratégia peessedebista. A classe operária ainda está controlada pela burocracia sindical petista. A Força Sindical, ligada ao SD, procurar deslocar parte do proletariado para a oposição burguesa. Assim, os explorados estão sob o fogo cerrado da disputa interburguesa.

O Partido Operário Revolucionário levanta no 1º de Maio a **bandeira da independência de classe do proletariado diante dos embates entre governistas e oposicionistas**. Trata-se de organizar o movimento nacional dos explorados por suas reivindicações e pela derrubada da Lei da Terceirização e das MPs 664/665. Trata-se de combater de conjunto a política burguesa sob a bandeira de **Oposição Revolucionária ao Governo Burguês de Dilma Rousseff**.

A classe operária necessita de estratégia própria, somente assim se emancipará das disputas interburguesas e deixará de seguir a estratégia de classe de seus inimigos. A bandeira de Oposição Revolucionária expressa a independência de classe e serve aos objetivos de defesa dos explorados. Por meio da Oposição Revolucionária, é possível vincular as reivindicações da maioria e a sua luta direta com a estratégia de conquista do poder e constituição de um **Governo Operário e Camponês**.

O 1º de Maio deve dizer: **não seguimos nenhuma política burguesa, não sustentamos nenhum governo burguês, lutamos com nossas reivindicações e com nossa estratégia revolucionária**.

Viva o 1º de Maio internacionalista

A crise mundial mantém sua marcha destrutiva. A burguesia sacrifica os explorados com o desemprego, com a desvalorização dos salários e com o aumento da pobreza. Recrudescer a opressão imperialista sobre os países atrasados e semicolônias. Impulsiona as tendências bélicas mundiais.

O 1º de Maio classista levanta a bandeira de combate ao imperialismo e aos seus lacaios nacionais. Rechacemos o intervencionismo das potências com a defesa da **autodeterminação das nações oprimidas**. Fora o imperialismo do Oriente Médio! Esse é o ponto de partida para que os conflitos e guerras intestinas na região sejam resolvidos sem as interferências externas. Fora a doutrina antiterrorista imperialista-intervencionista imposta pelos Estados Unidos! Essa é a condição para o proletariado liderar as massas e superar o nacionalismo jihadista.

Estamos diante da restauração capitalista em Cuba. O governo Obama passou a utilizá-la como meio de propagação de sua política intervencionista. O imperialismo vê no horizonte o aprofundamento da crise econômica e do acirramento da luta de classes. Prepara-se para uma ação mais dura sobre a América Latina. A Venezuela está no centro de seu intervencionismo. Defendemos revolução cubana, combatemos a restauração promovida pelo Partido Comunista castrista. Que os venezuelanos resolvam seus próprios problemas. A **frente única antiimperialista** é resposta do proletariado ao intervencionismo contrarrevolucionário. O programa do proletariado diante da crise mundial do capitalismo se sintetiza na estratégia dos Estados Unidos Socialista da América Latina.

Trabalhadores do mundo todo, uni-vos sob o programa da revolução proletária, socialista!



O Primeiro de Maio hoje e a necessidade da greve geral

Este 1º de Maio ocorre em meio ao aprofundamento da crise econômica e política no Brasil, e numa conjuntura de greves e movimentos.

Há poucas semanas, no Paraná, desenvolveu-se uma luta na educação contra os cortes de verbas e ataque à previdência do funcionalismo e que ganhou apoio e participação ativa da população assalariada, culminando em manifestações de dezenas de milhares nas principais cidades do estado. Acuaram o governo do PSDB e lhe impuseram um passo atrás. Só não o derrotaram totalmente por conta da limitação das direções sindicais, que buscaram a via da conciliação e diluição do conflito. A luta de massas no Paraná inspirou outras manifestações e greves em outros estados pelo país. Ao mesmo tempo, os garis do Rio de Janeiro retomavam o caminho da greve e manifestações de rua ocorridas no ano passado, e indicavam a tendência de luta.

Estamos hoje em meio a uma vigorosa greve dos professores da rede estadual em São Paulo. Há mais 40 dias em greve, reivindicam o reajuste salarial de 75%, para equiparação com funcionários de nível superior, e outras reivindicações contra a precarização do trabalho e as demissões dos não concursados. Realizam semanalmente manifestações de rua com dezenas de milhares de professores, boicotadas pela imprensa vendida ao governo Alckmin, mas apoiadas por estudantes em vários bairros, com realização e atos e passeatas conjuntas de estudantes e professores pelas ruas. O governo não cede nada, faz teatro de negociações em que não apresenta uma única proposta. Tem apostado no desgaste pelo cansaço da greve, mas, nos últimos dias, tem intensificado a repressão policial aos grevistas. Os demais sindicatos do funcionalismo, incluindo a Afuse dos funcionários de escola, se negam a unificar o movimento grevista, o que lhe potenciaria diante da intransigência autoritária do governo. O isolamento da greve deve ser rompido com o apoio e a mobilização de todos contra o governo.

750 operários da Mercedes estavam em lay off, e tiveram, na véspera do feriado de Tiradentes, a notícia da demissão de 500 destes. Decidiram entrar em greve. As demissões nas fábricas têm acontecido e aumentado. Temos alertado os operários da necessidade de organizar um movimento geral e unitário de defesa dos empregos e salários, que estão sendo atacados pelos capitalistas diante do agravamento da crise econômica. A luta dos operários da Mercedes ocorre a pouco mais de 100 dias da greve dos operários da Volks, que em janeiro também se mobilizaram contra a demissão de 800 trabalhadores, e a poucas semanas da luta operária na GM de São José dos Campos, também contra centenas de demissões. Essa luta não pode ficar isolada nem restrita a uma fábrica. Sem a unidade dos operários, os patrões pressionam para que

se chegue a um acordo ao redor das demissões (adiamento, pagamento de indenização) e de redução de direitos (lay off, redução de jornada com redução de salários, jornada flexível etc.). A unidade grevista dos operários permite ganhar a força necessária para impor aos patrões a estabilidade no emprego e a redução de jornada sem redução de salários (escala móvel de horas de trabalho).

Os parlamentares dos partidos patronais ou pró patronais votaram na Câmara dos Deputados o PL 4330, que regulamenta a Terceirização para todas as áreas de trabalho. Se aprovado no Senado e sancionado pela presidente, essa lei permitirá aos patrões imporem a terceirização a todos os trabalhadores, destruindo o contrato coletivo de trabalho e possibilitando acabar com direitos da CLT. É o maior ataque aos direitos trabalhistas já feito no Brasil. Permitirá estender o trabalho precarizado, que já afeta 12 milhões de brasileiros, a todos. É preciso derrubar o PL 4330. Ao seu lado, derrubar as medidas provisórias 664 e 665, que atacam a pensão por morte e o seguro desemprego. As direções sindicais falharam em não organizar uma campanha contra a regulamentação da Terceirização, que se discute há mais de dez anos no parlamento. Parte dessas direções trai os trabalhadores e apoia o ataque (Força Sindical). Outra parte, faz corpo mole. Não organizam com antecedência a luta, tendo todas as condições para isso (CUT). Agora, diante da unidade dos capitalistas em impor esse golpe contra os assalariados, coloca-se como necessidade uma resposta de conjunto, é preciso uma greve geral que derrube essas medidas e defenda também o emprego e o salário.

O movimento operário tem sido contido nos últimos anos pelas direções sindicais. As lutas que se realizam têm sido isoladas e mantidas fragmentadas. Mas cresce a tendência de unificação e generalização. É preciso impulsioná-la, criando as condições para uma poderosa greve geral, que paralise de fato a produção social e imponha as reivindicações aos capitalistas e seus governos.

O caminho para isso é a organização, a partir das bases, de assembleias em todos os locais de trabalho, moradia e estudo. Formação de comandos de mobilização de base e unitários. Discussão das reivindicações que de fato expressam as reais necessidades das massas diante da situação. Aprovação de resoluções e medidas de luta e mobilização unitárias. Ir às ruas para ocupá-las com a soberania do movimento multitudinário.

Por esse caminho, se avançará na trilha da independência de classe e na luta contra os capitalistas e seus governos. Um passo se dará na direção do governo operário e camponês, expressão da revolução e ditadura proletárias. O 1º de Maio deve se colocar por essa perspectiva.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ORGAO DO PARTIDO OPERARIO REVOLUCIONARIO – MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

13 de Abril de 2015

Derrubar a Lei da Terceirização e as Medidas Provisórias 664 e 665 com greves e as massas nas ruas. Operários, demais trabalhadores e juventude, não vamos permitir que o governo e o Congresso Nacional destruam nossos direitos trabalhistas! Não aceitamos que nenhuma central sindical negocie nossas conquistas sociais com os capitalistas, o governo e o Congresso Nacional! Direitos trabalhistas não se negociam, defendem-se com luta!

Primeiro, o governo Dilma ataca o seguro-desemprego e a pensão por morte, com as MPs 664 e 665. As centrais sindicais baixaram a cabeça e negociaram pequenas mudanças. Os trabalhadores, no final das contas, foram violados em direitos previdenciários. Agora, a Câmara dos Deputados aprova o projeto de Lei 4330 que estende a contratação por terceirização a todas as atividades e funções.

Trata-se do maior retrocesso nos direitos trabalhistas dos assalariados. Não se conhece na história social do

Brasil um ataque tão profundo da burguesia, de seu governo, de seus partidos e do Congresso Nacional à vida da classe operária e dos demais trabalhadores.

Com a completa terceirização, acaba-se com o contrato coletivo de trabalho, conquistado com suor e sangue pela classe operária. Está aí por que nesta manifestação do dia 15 de abril nossa resposta deve ser: **derrubar a Lei 4330 da terceirização e as MPs 664 e 665, organizando assembleias em todos os sindicatos, com greves e manifestações de rua.**

Que as manifestações de hoje sejam o ponto de partida para uma greve geral. Que sirvam para desencadear um movimento generalizado, amplo e unitário pela derrubada da Lei da Terceirização e das medidas contrárias ao seguro



desemprego e à pensão por morte. Que sirvam para os explorados exigirem a formação de uma frente única sindical pela derrubada das medidas antioperárias e antipopulares.

Devemos dizer: que a CUT rompa com o governo e abandone a política de conciliação de classes, que mobilize todos os seus sindicatos para organizar a luta nacional. Que todos os sindicatos, associações, movimentos camponeses, populares e estudantil rechacem a Força Sindical que aprovou a Lei e levantem a bandeira de

unidade operária em defesa dos direitos trabalhistas e contra a ofensiva reacionária da burguesia, de seus governos, partidos e Congresso Nacional. Que a CSP-Conlutas e a Intersindical dêem o exemplo de unidade organizando a frente única de luta. Organizemos uma campanha nas fábricas explicando a violenta ruptura nas leis trabalhistas da CLT e as brutais consequências para a vida dos assalariados e de todos os oprimidos.

Temos a certeza de que somente não temos um levante no País dirigido pela classe operária porque as direções sindicais burocratizadas e comprometidas com setores da burguesia e com o governo bloqueiam o descontentamento. Ocultam a verdade sobre as bárbaras consequências sociais! Não convocam assembleias por fábricas e geral! Não fazem

zarem uma resistência classista à ofensiva da burguesia, do governo Dilma e do Congresso Nacional. A CSP-Conlutas e a Intersindical também ficarão marcadas pela incapacidade e pela leviandade políticas.

Na cova de ladrões e inimigos do povo, parlamentares do PT, PCdoB e PSol estenderam uma faixa, que atravessou o plenário da Câmara Federal, com os dizeres de que a Lei 4.330 é o “Fim da CLT; Ataque aos Trabalhadores” e chama a “Votar Não”. Com a imensa hipocrisia, os parlamentares pretenderam mostrar à população assalariada que estavam contra, que não se colocaram ao lado dos burgueses velhacos e que defendiam os interesses da maioria explorada. Esses falsificadores que se cobrem com a bandeira do “poder popular” tiveram tempo e meios materiais para irem aos explorados defender a derrubada do projeto de Lei 4.330 nas ruas. Tinham tudo para denunciar os partidos da burguesia e a venal burocracia sindical. Nada fizeram. Esperaram o dia da votação para aparecerem como a minoria que votou contra.

A esquerda legalizada – PSTU e PSol (referimo-nos àquelas que têm de fato influência nos sindicatos), por sua vez, ficaram entrincheiradas nas inconsequentes denúncias. Não se dispuseram a orientar seu aparato sindical para organizar os trabalhadores e a juventude a resistirem, a denunciarem o parlamento burguês, a dizerem que é preciso organizar as forças da revolução e que somente com os métodos revolucionários se pode brecar o golpe em marcha contra as massas. Para ser justo, o PSTU levantou a bandeira de greve geral, mas como se tivesse saído das nuvens. Sua central não fez nenhum trabalho de ampla denúncia da traição da burocracia em andamento e não preparou a resistência de uma parcela da classe operária que poderia tomar a iniciativa em favor da greve.

Desde que Dilma assumiu o segundo mandato, instalou-se uma crise política. A direita burguesa comandada pelo PMDB, escorada pelo PSDB e rodeada pelo SD, PPS e outros lacaios, decidiu que era hora de tirar da gaveta todos os projetos reacionários. Eduardo Cunha e Renan Calheiros ditam a política do Congresso Nacional. A crise política abriu caminho para uma violenta ofensiva contra o proletariado e a maioria oprimida. Querem reduzir a maioria penal para criminalizar a juventude que se

desintegra sob o capitalismo putrefato. Querem implantar a Lei antiterrorismo ditada pelos Estados Unidos, que se voltará contra os movimentos e sua vanguarda combativa. A aprovação da Lei da Terceirização indica que a ofensiva da reação burguesa se dá em todas as direções: trabalhista, social e política.

É necessário imediatamente organizar a resistência. Vencer a passividade! Romper o colaboracionismo de classe! A Lei 4.330 ainda terá de ser votada no Senado. **Desde já, devemos levar aos locais de trabalho, às escolas, aos bairros e às ruas a bandeira de derrubada da Lei anti-operária. Fim de toda terceirização! Contratação direta de todos os terceirizados! Estabilidade no emprego! Redução da jornada sem redução dos salários! Escala móvel das horas de trabalho para acabar com o desemprego e incorporar toda a juventude ao trabalho!**



Para organizar a resistência e preparar as condições para a greve geral é necessário: 1) Que a CSP-Conlutas e Intersindical se unam em uma frente única de ação. Que superem a inércia política! Que convoquem imediatamente uma plenária nacional sob a bandeira: derrubar nas ruas a Lei da

Terceirização, PL 4.330. Que convoquem uma plenária da juventude sob a mesma bandeira; 2) Que se exija da esquerda cutista e petista a participação na frente única; 3) Que convoque a CUT e todas as centrais a romperem com o governo e com o Congresso Nacional; 4) Que os sindicatos convoquem assembleias para responder ao ataque da burguesia; 5) Que lance a campanha nas bases operárias e da juventude.

O Nossa Classe se empenhará em construir a frente única pela derrubada da Lei antioperária!

Abaixo o golpe do governo, do Congresso Nacional e da burguesia contra a classe operária!

Organizemos o combate nas fábricas, escolas, bairros populares e ruas!

Somente a força organizada dos explorados sob um programa classista e revolucionário poderá quebrar a marcha da reação capitalista!

**Abaixo a PEC 4330 da Terceirização!
TODOS AO ATO DIA 15/04, ÀS 17H
LARGO DA BATATA (PINHEIROS)!**

Escreva para Caixa Postal 01171 - CEP 01059-970 - São Paulo - SP - www.pormassas.org

Os explorados estão diante da tarefa de responder à crise mundial do capitalismo

Mais um 1º de Maio ocorre marcado pela crise mundial, pelo avanço dos ataques da burguesia e de seus governos contra a vida das massas e pela crescente resistência dos explorados. É fundamental responder em cada país com a estratégia da revolução social e com o internacionalismo proletário.

Oito anos se passaram desde que a crise explodiu no coração do capitalismo monopolista e se espalhou pelo mundo. Todas as chagas da sociedade capitalista afloraram: desemprego e miséria, estagnação econômica e destruição das economias nacionais, quebra e vassalagem dos Estados nacionais, aumento da opressão social e fortalecimento dos estados policiais, xenofobia e racismo, conflitos étnicos e choques religiosos, guerras econômicas e civis, intervencionismo imperialista e derrubada de governos, dentre outros, são as formas econômicas, sociais e políticas que emergem da desagregação do capitalismo. Em meio a essa situação, desenvolve-se uma nova etapa da luta de classes. Mas, o proletariado está desorganizado, padece do violento retrocesso político. A burguesia avança com seus métodos bárbaros. Ressalta, assim, a crise de direção revolucionária, a necessidade de construir os partidos marxista-leninista-trotskista e reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

As tendências fundamentais dessa etapa

As tendências da situação política mundial se resumem, de um lado, no aprofundamento das medidas de ataque às condições de vida dos explorados e no aprofundamento da repressão social e política contra as massas; no aprofundamento das tendências de guerra econômica e de atritos inter-imperialistas em luta pelos mercados e as fontes de matérias-primas; no incremento das forças restauracionistas do capitalismo nas ex Repúblicas Socialistas Soviéticas e sua expressão política nas guerras civis e nas tendências bélicas; no intervencionismo imperialista nos conflitos internos dos países e aprofundamento da opressão nacional. E, de outro, no aumento das lutas operárias e populares contra as medidas de ataque às condições de vida, na rebelião dos povos e nações contra a opressão nacional e na transformação dos conflitos internos em guerra civil. Essa dinâmica histórica entre as forças sociais da revolução e contrarrevolução de nossa época se enfrentam em todas as regiões e países onde a crise tem se manifestado através do esmagamento da autodeterminação nacional pela intervenção do imperialismo. Porém, também se manifesta nas potências, onde a crise tem desencadeado o choque entre

as classes sociais antagônicas. É o que vem ocorrendo, principalmente, na Europa.

Manifestações da desagregação capitalista

Nos Estados Unidos, se encontram as principais contradições do desenvolvimento da crise estrutural do capitalismo. O gigantesco acúmulo de valores (capital financeiro) se tornou parasitário e não tem como servir às forças produtivas altamente desenvolvidas e que se encontram em choque com as relações de produção monopolistas. Sua expansão externa, por sua vez, esbarra no esgotamento da divisão do mundo pela 2ª Guerra Mundial. O seu gigantismo os obriga a avançar mais agressivamente por todo o mundo e ditar os rumos do saque das semicolônias, com métodos econômicos e militares. A luta anti-imperialista se desenvolve por meio da rebelião das nações oprimidas contra as opressoras. O proletariado mundial tem pela frente a tarefa de se erguer com seu programa revolucionário para derrotar o intervencionismo.

Na Europa, manifesta-se o esgotamento da unidade das forças produtivas do continente baseada no parasitismo da burguesia financeira europeia sobre os tesouros nacionais e na destruição das antigas conquistas operárias. Essa dinâmica interna em-



purra as frações monopolistas, fundamentalmente francesa e alemã, a ampliar o campo de ação de seus interesses e penetrar ainda mais nos países que tinham iniciado a transição socialista. Nesse processo, a burguesia europeia se depara com os monopólios norte-americanos na disputa pelos mercados e as matérias-primas no leste europeu. E também com a resistência das massas exploradas e oprimidas às medidas de ataque contra suas condições de existência impostas pelos governos serviçais à oligarquia financeira. Na base desse processo, estão as forças produtivas em choque com as fronteiras nacionais e que se convertem em crise de superprodução. Não é mais possível desenvolver as forças produtivas europeias (altamente desenvolvidas) sem romper com a propriedade privada e as fronteiras nacionais. Só a unidade sob a planificação socialista da economia pode libertá-las e colocá-las a serviço dos explorados. A resposta a crise estrutural

do capitalismo é dada pelo programa proletário dos Estados Unidos Socialistas de Europa.

Destaca-se, na Europa, a situação da Ucrânia. A guerra civil que se seguiu ao golpe que destituiu Yanukovich expressa o intervencionismo imperialista. Expõe os métodos e meios utilizados pelo imperialismo, para incorporar os países em que o proletariado expropriou a burguesia. O reforço das posições militares do imperialismo nas fronteiras russas é parte indissociável dessa ofensiva. O proletariado e campesinato ucranianos terão de transformar a guerra civil em guerra contra a burguesia nacional e o imperialismo, colocando-se a tarefa de reconquistar uma Ucrânia una, livre e soberana sobre bases soviéticas, socialistas.

No Oriente Médio, o intervencionismo imperialista no Iraque, no Afeganistão e na Síria se depara como a crescente resistência das nações oprimidas, levantes populares e movimentos nacionalistas radicalizados. As massas exploradas árabes se chocam com as monarquias e as feudais-burguesias árabes que se colocaram incondicionalmente a serviço da intervenção imperialista. Expressão dessas condições históricas são os movimentos jihadistas, de conteúdo nacionalista. Expressam a luta de frações burguesas nacionais pelo controle das fontes das riquezas naturais e os choques da nação oprimida contra suas opressoras. A vanguarda deve identificar as bases das rebeliões nacionais e desenvolver a luta pela constituição da Frente única Antiimperialista. A derrota do intervencionismo imperialista contra o EI e das feudais-burguesias árabes no Iêmen são um ponto de partida para desenvolver a luta pelas transformações revolucionárias.

Na América Latina, a crise vem solapando os governos burgueses que pretendiam reformar o capitalismo, “democratizar” seu Estado, desenvolver a nação “com a distribuição de renda”, “com reformas populares”, etc. A desagregação política e social desses governos se agudizou com as tendências da crise mundial capitalista, com a necessidade de ampliar o saque das riquezas naturais e com o ataque violento às massas. A remoção dos governos nacionalistas e reformistas tem se colocado como condição para acelerar esse processo. Eis por que a Venezuela se tornou o centro da crise na América Latina. Ao mesmo tempo, o imperialismo realiza uma ofensiva para reincorporar Cuba ao capitalismo e, na Colômbia,

desmontar as FARC por meio de um acordo que as integre à democracia burguesa. A luta anti-imperialista passou definitivamente para as mãos do proletariado. O problema está em independizá-lo perante as forças burguesas. O avanço da crise e o recrudescimento do domínio imperialista sobre a região despertarão os explorados para a luta anti-imperialista e socialista. É necessário que a sua vanguarda empunhe a luta pela autodeterminação e por sua unidade revolucionária, que corresponde ao programa estratégico dos Estados Unidos Socialistas de América Latina.

1º de Maio internacionalista

O 1º de Maio em todo o mundo está diante da tarefa de combater a ofensiva imperialista. As reivindicações mais elementares dos explorados somente podem ser conquistadas em duro combate à burguesia monopolista. Esta neces-

sita retroceder as antigas conquistas do proletariado e ampliar o saque das nações oprimidas. Somente assim se protegerá das tendências da queda da taxa média de lucro. Também precisa responder à crise de superprodução. Não há outro caminho para isso a não ser destruir forças produtivas. O resultado dessa combinação se converte em avanço da barbárie social.

Os explorados estão sentido o imperativo: ou resistem, ou pagam caro. As reivindicações que defendem os salários, os empregos e as conquistas se chocam com a burguesia monopolista e com os Estados imperialistas. Não há como deixar de vincular o programa de reivindicações vitais com programa estratégico da revolução proletária.

O 1º de Maio deve servir para elevar a consciência dos explorados de que constituem a força histórica das transformações. Lutando por sua sobrevivência no interior do capitalismo, com os métodos e objetivos próprios da classe operária, devem caminhar em direção ao poder, derrubar a burguesia e instaurar a ditadura da maioria oprimida contra a minoria opressora. A luta anti-imperialista emerge das profundas contradições do capitalismo de sua fase monopolista. Está aí por que a independência nacional das nações oprimidas somente pode se concretizar com o proletariado no poder e com a expropriação da burguesia em cada país, projetando-se como luta internacional pela derrocada geral do capitalismo e construção da sociedade comunista.



Lisboa, 1º de maio de 1974 – ano da Revolução dos Cravos

Combater a barbárie capitalista

Poucos dias antes do 1º de Maio, o naufrágio de uma embarcação ceifou a vida de 800 imigrantes, que iam em direção à Itália. Essas mortes se somaram a centenas de outras, nas mesmas condições.

Trabalhadores, jovens, mulheres, crianças e velhos foram tragados pelo mar. Sem trabalho, sem lar, açoitados pela miséria e pelas guerras, milhares arriscam a travessia do Mediterrâneo, na esperança de encontrar uma Europa acolhedora, protetora. Os imigrantes que não têm essa esperança, imaginam que pelo menos terão um lugar para trabalhar e viver. Não chegam a ter um lampejo de reflexão sobre as razões de sua tragédia e daqueles que permanecerão em seus países.

Segundo informações, cerca de 1 milhão aguardam na Líbia sua vez para embarcar na aventura marítima. Estão prontos a utilizarem suas economias, quando as têm, para pagar a travessia. As máfias comerciantes aproveitam as circunstâncias para obter lucro. Grande parte dos imigrantes fica a mercê da sorte, supondo que não há outro inferno pior do que aquele em que vive. Mas as potências europeias desde há muito são seus colonizadores. Seus países africanos, atrasados e semicoloniais, são saqueados sem nenhuma compaixão dos pobres, miseráveis e famintos.

O problema da imigração africana não é de hoje. Muammar Kadafi tinha um acordo com a Itália de barrar a fuga clandestina pelo litoral da Líbia. O ditador a cumpria com rigor. No entanto, a guerra civil e a intervenção do imperialismo, com a consequente derrubada e linchamento de Kadafi, destruiu o país. O interesse das potências se concentra no petróleo.

A coligação que bombardeou a Líbia e que possibilitou que as forças da oposição vencessem o exército de Kadafi não conseguiu, porém, impor um governo títere estável e capaz de governar. O país se acha conflagrado e dividido. A Itália chegou a anunciar que estava pronta para uma intervenção em favor do governo títere.

É evidente que a situação dramática da população não se circunscreve ao território líbio, como dissemos. O problema da imigração vem se agravando com a bancarrota econômica da União Europeia. A porta de entrada mais vulnerável aos claudérios é a da Itália. Por um tempo, o programa Mare Nostrum vestiu a máscara do humanitarismo. O governo italiano

o desativou sob a justificativa dos altos gastos, não compartilhados pelos demais países da UE.

Diante da morte de 800, as autoridades trataram de armar uma conferência. A Itália argumenta que o problema é de todos. Anunciou-se, então, a criação de um patrulhamento de fronteiras – o programa Triton será financiado com recursos da UE.

O primeiro ministro da Inglaterra, David Cameron, deu a fórmula para a “solução” das tragédias: “Precisamos combater os traficantes e estabilizar os países de origem.” Os traficantes se organizam a partir da Europa, expressam a decomposição do capitalismo. “Estabilizar os países de origem” é o que há de real na fórmula. Quer dizer aumentar a intervenção econômica e militar na África e Oriente Médio. Impor governos títeres que façam o trabalho de repressão, como anteriormente fazia Kadafi, quando era amigo da burguesia européia.

No 1º de Maio, é preciso denunciar os verdadeiros culpados e as verdadeiras causas que levaram à tragédia dos imigrantes no Mediterrâneo. Levantar a bandeira de fim de qualquer obstáculo à imigração e que seja garantida com segurança a viagem. Mas, sobretudo, defender a autodeterminação das nações oprimidas. Fim do intervencionismo imperialista! Fim do saque! E que os explorados se organizem em uma frente única antiimperialista para conquistar a independência nacional de seus países.



O proletariado europeu deve combater o chauvinismo e se irmanar com os imigrantes pobres que servirão de mãos de obra barata para os capitalistas. O inimigo dos explorados é a burguesia, com

seu Estado, seus partidos e seus capachos da burocracia sindical. Somente a classe operária é capaz de dar uma resposta à barbárie capitalista e convencer os demais oprimidos de que o capitalismo decadente somente pode oferecer sofrimento e dor à maioria mundial.

A revolução proletária transformará a grande propriedade dos meios de produção em propriedade coletiva, socialista, e assim estancará a barbárie e finalmente com o comunismo a varrerá definitivamente da face da terra.

Que vivam os imigrantes oprimidos! Que morra a burguesia senil e bárbara!

A mulher e o 1º de maio

A participação da mulher nos atos do 1º de maio deve ser analisada com base na experiência histórica do movimento operário e socialista internacional, da luta de classe, bem como do processo de incorporação da mulher ao conjunto do proletariado pelo desenvolvimento industrial, passando a trabalhar no mesmo espaço, submetida às leis fabris, resultantes da exploração do trabalho assalariado pelos capitalistas. O capitalismo, no objetivo de aumentar a exploração e a acumulação de capital, incorporou as mulheres ao processo de trabalho na grande indústria. Com isso, não só conseguiram ampliar a extração de mais valia, rebaixar os salários do proletariado em geral, como manter e reproduzir as desigualdades salariais e nas condições de trabalho entre homens e mulheres. Por outro lado, a integração da mulher ao trabalho fabril interferiu na desintegração das arcaicas relações familiares, baseadas no patriarcalismo e na família monogâmica. Todavia, ainda hoje, as mulheres trabalhadoras continuam submetidas a uma dupla escravidão: do trabalho e do lar.

O prolongamento da jornada de trabalho é diretamente penoso para a mulher trabalhadora, pois amplia sua jornada na fábrica, casa, escola e em outros espaços, provocando um profundo esgotamento de suas energias. Os fundadores do marxismo, Marx e Engels, analisaram com profundidade a condição da mulher explorada na sociedade burguesa e o processo de exploração da sua força de trabalho. No capitalismo, a mulher é arrastada à produção fabril em condições de brutal exploração. Com a crise mundial do capitalismo, aprofundam-se a exploração do trabalho, as formas de precarização e informalidade, além do aumento do desemprego. As condições das mulheres, como a do proletariado e demais explorados em geral, só tendem a se agravar. Portanto, a opressão da mulher é um problema de toda a classe operária e demais explorados.

O 1º de maio está profundamente ligado à história da exploração das mulheres proletárias pelo capitalismo. Esse dia foi escolhido como Dia do Trabalhador, em solidariedade às lutas travadas pelo proletariado, entre eles as mulheres, contra a sanha de lucro do capital e por melhores condições de vida e trabalho. A data lembra as trabalhadoras da cidade de Chicago que, em maio de 1886, tiveram de combater contra a exploração nas fábricas e pela redução da jornada de trabalho para 8 horas, sendo reprimidas violentamente pela polícia. Essa manifestação conclui com mortes, prisões e muita violência. Em 1889, a data foi adotada em homenagem à luta travada pelas operárias, como símbolo da resistência do proletariado aos patrões e a necessidade de unir o conjunto dos explorados.

Essa tradição de luta das mulheres, como parte do proletariado, tem sido desviada pelo movimento feminista burguês para uma orientação sexista e puramente reformista, com o objetivo exclusivo de obter pequenas reformas e direitos nos limites do capitalismo. Para tanto, tratam da opressão da mulher de maneira abstrata (a mulher em geral), desvinculando o problema da opressão do seu caráter de classe e da sua origem no desenvolvimento da propriedade privada, da sociedade dividida em classes sociais e do aparecimento da família patriarcal. Com isso, acorrentam os verdadeiros interesses da luta das mulheres por sepultar o capitalismo e a exploração da força

de trabalho aos interesses da classe média em obter pequenas concessões, na etapa em que o capitalismo está em franca decadência e não há mais espaço para reformas que de fato protejam as massas femininas. Somente a luta do proletariado e demais explorados imporá conquistas por meio da ação direta (greves, ocupações, manifestações), que para se conservarem depende do avanço da luta pela destruição do capitalismo e construção do socialismo.

As mulheres exploradas, como parte do proletariado revolucionário, conscientes e politizadas, não só devem assumir o 1º de maio como um dia internacional de luta (e não de festas), mas também somar-se à luta de classes do conjunto dos oprimidos, por destruir as raízes da opressão e da exploração capitalistas. A experiência ensina que nos grandes momentos históricos, nos momentos decisivos da luta de classes, a organização e luta das mulheres formaram parte decisiva para a conquista de direitos e avanço da luta socialista. As trabalhadoras estiveram nas trincheiras dos processos revolucionários em todos os países e continentes e assumiram um posto avançado no maior de todos os processos revolucionários, a Revolução de Outubro de 1917. Da mesma forma, marcaram presença nos atos e manifestações e, particularmente, no 1º de Maio classista e combativo em nível mundial e nacional.

Esse 1º de maio ocorre no contexto de aprofundamento da crise econômica internacional e de ataques à vida das massas exploradas e de retrocessos jamais visto na história dos direitos e conquistas trabalhistas. O Estado e governos respondem ao avanço da crise mundial rebaixando cada vez mais o nível de vida das massas, impondo restrições e destruição de conquistas sociais. No Brasil, o governo Dilma Rousseff (PT) e o Congresso acabam de impor uma dura derrota aos direitos trabalhistas: as Medidas Provisórias 664 e 665 e o PL 4330/04. Sem dúvida, a terceirização atingirá mais duramente as trabalhadoras. Estas já são discriminadas recebendo salários inferiores para a mesma função. Esse 1º de maio deve denunciar e combater a terceirização como um dos maiores retrocessos trabalhistas do país, que particularmente afeta as massas femininas. As reivindicações de trabalho igual, salário igual, redução da jornada de trabalho (considerando a dupla jornada da maioria das mulheres), proteção à maternidade e de sua saúde e direito ao aborto (fim da criminalização) devem estar no centro do 1º de maio, juntamente com a reivindicação da derrubada da lei da terceirização e das MPs 664-665.

A luta pela proteção, pelo fim das discriminações e da opressão sobre a mulher implica que as massas femininas proletárias se somem à luta geral da classe operária. As massas femininas da pequena burguesia, também oprimidas, terão de se colocar ao lado do proletariado se de fato estiverem pelo fim da opressão. Os desvios da política burguesa que imperam no movimento feminista devem ser combatidos.

O 1º de maio deve servir para organizar a luta do conjunto dos explorados, entre os quais se encontram as mulheres trabalhadoras, contra os ataques do Estado, governos e capitalistas. Deve confluir para a unidade de proletários, proletárias e demais explorados numa só força, sob a bandeira da luta de classes e do socialismo internacional.

Mártires de Chicago

É bem conhecido o massacre do dia 1º de maio de 1886, em Chicago, Estados Unidos. Marcou profundamente o movimento operário e socialista internacional. A gloriosa passeata pela Av. Michigan que se dirigiu à Praça Haymarket no primeiro de maio foi a demonstração de que a classe operária norte-americana despertava para a luta coletiva e para a consciência de classe. A manifestação de rua tinha por trás a greve pela redução da jornada de trabalho – os operários eram obrigados a trabalhar de quatorze a dezesseis horas. No dia 3, a polícia e a guarda particular abriram fogo contra os grevistas em frente à fábrica McCormick, centenas de feridos e seis mortos. Em resposta, os trabalhadores se concentraram, no dia sete, na Praça Haymarket. No final da manifestação, a polícia cercou os lutadores e descarregou suas armas. Feridos e mortos se estendem pelas ruas. O governo ocultou o número de mortos. A polícia recolheu os corpos e deu-lhe sepulturas anônimas. Do massacre de McCormick ao das cercanias da Praça Haymarket, nasceu o 1º de Maio. O espírito de luta e o sangue dos mártires da classe operária distin-

guem o 1º de Maio proletário, de luta e revolucionário do 1º de Maio burguês, festivo e servil, que mais tarde o Estado capitalista promoveu. Os verdadeiramente marxistas defendem e organizam o 1º de Maio que nasceu da luta e do sangue dos mártires de Chicago e de todos que tombaram lutando contra a exploração do trabalho e a opressão política.

Tribunal de classe difama e decreta a pena de morte de líderes

A burguesia assassina, por meio de sua imprensa, justificava a carnificina dizendo se tratar de “terroristas vermelhos”. Sobre os mortos e feridos, sobre o movimento operário e suas lideranças, sobre a greve e as manifestações de rua, os exploradores espezinharam, difamaram e injuriaram. O governo decretou o estado de sítio.

É sob esse clima político-ideológico e de violenta repres-

são que se realizou o julgamento dos líderes e combatentes que se destacaram. A burguesia estava disposta a levar sua vingança de classe até o fim. Seu tribunal tinha pronta a sentença de morte das principais lideranças. A falsificação judicial ficou marcada para sempre.

Augusto Spies, Albert Parsons, Louis Lingg e Adolf Fischer foram condenados à forca. Sam Fielden e Michel Schawab, à prisão perpétua. Oscar Neeb, a quinze anos de cárcere.

Do massacre na fábrica McCormick ao enforcamento de quatro dirigentes, nasceu o Dia Internacional dos Trabalhadores – 1º de Maio.

Não se curvaram

Diante da chacina de McCormick, o jornal anarquista Arbeiter Zeitung respondeu: “Melhor a morte que a miséria”.

A bandeira expressou um profundo conteúdo e sentimento de classe dos explorados. Não há outra via para enfrentar a exploração, a miséria e as arbitrariedades dos exploradores senão a luta de classes. A passividade diante dos capitalistas sedentos de lucro e da pobreza que dela decorre é a pior das mortes. Morrer lutando! Eis

o sentido revolucionário do movimento de maio em Chicago, que finalmente se expressou no tribunal da burguesia.

Albert Parsons adentrou à sala de julgamento, que se iniciou em 21 de junho de 1886, e declarou que se entregava para se solidarizar com seus companheiros e defender suas inocências. Sem dúvida, o melhor teria sido se se mantivesse na clandestinidade e continuasse organizando a luta revolucionária. Mas essa foi a decisão de Parsons, que mostrou o caráter de um revolucionário.

August Spies transpareceu integralmente a sua avançada consciência de classe. Declarou firmemente, como comprovam os testemunhos, diante da sentença de morte, lida pelo jurado em 9 de outubro: “Se com o nosso enforcamento vocês pensam em destruir o movimento operário – este movimento de que milhões de seres humilhados que sofrem na pobreza e na miséria esperam a redenção –, se esta é sua opinião enforcem-nos. Aqui terão apagado uma



faísca, mas lá e acolá, atrás e na frente de vocês, em todas as partes, as chamas crescerão. É um fogo subterrâneo e vocês não podem apagá-lo.”

Albert Parsons declarou sua convicção socialista: “Nós desejamos que todas as forças da natureza, que todas as forças sociais, que essa força gigantesca, produto do trabalho e da inteligência das gerações passadas, sejam postas à disposição do homem, submetidas ao homem para sempre. Este e não outro é o objetivo do socialismo.”

Milhares de operários carregaram os restos mortais dos revolucionários, diante dos olhos vidrados da burguesia e de seus agentes. Não há violência contrarrevolucionária capaz de apagar o “fogo subterrâneo” que alimenta a luta de classes do proletariado.

Viva o 1º de Maio, classista, revolucionário e socialista

Depois de três anos do massacre em Chicago, é fundada a II Internacional (julho de 1889). É proposta a fixação de uma data para manifestações em todo o mundo, em defesa da jornada de oito horas, das resoluções ali aprovadas pelo Congresso e das reivindicações específicas de cada país.

O proponente da resolução, o belga Raymond, recomendou a data de 1º de Maio, uma vez que a Federação Americana do Trabalho já estava convocando para esta data uma manifestação a ser realizada em 1890. A resolução se circunscrevia a manifestações apenas ao 1º de maio de 1890.

No entanto, a orientação da II Internacional nascente

tinha pouco das lições e do espírito de combate do proletariado mundial, e em particular dos acontecimentos de Chicago. Assim, acabou não assimilando o significado das manifestações do 1º de Maio de 1890, que por sua grandiosidade e por sua contestação à exploração do trabalho, passou a ser um marco do internacionalismo combativo e revolucionário.

O partido social democrata alemão, cauteloso e temeroso, foi surpreendido com as greves e a disposição de luta dos operários, bem como com a reação do patronato. O 1º de Maio havia sido concebido como um dia de festa, em meio à qual se levantariam as reivindicações.

Na França, em Fourniers, a polícia ataca a manifestação e mata dez, entre eles, duas crianças. Mais sangue dos explorados rega o Primeiro de Maio. Na Inglaterra, Engels se entusiasma com a presença da multidão no Hyde Park de Londres no dia 4 de maio (a data foi mudada para não dividir o movimento). Na América Latina, ocorrem atos na Argentina, México e Cuba.

No seu segundo Congresso, a II Internacional aprova o 1º de Maio como data para serem realizadas manifestações todos os anos, em todo o mundo. Mas a resolução continuou a refletir a ideia de um dia do trabalhador a ser comemorado com festas. A história do 1º de Maio até os nossos dias demonstra a distinção e a separação inconciliável entre as manifestações operárias de luta e as festividades burguesas.





No. 2391
13-03-15
Precio Bs. 1



Sección boliviana del CERCI

Órgano central del Partido Obrero Revolucionario, sección del Comité por la Reconstrucción de la IV.I

¡CONSUMADA LA TRAICIÓN!

EL INCREMENTO DE 8,5% A LA MASAS SALARIAL Y 15% AL MÍNIMO NACIONAL ES UN INSULTO A LA SITUACIÓN DE POBREZA DE LOS TRABAJADORES

PARA LOS RENTISTAS Y JUBILADOS NADA, ¡QUE LOS VIEJOS SE MUERAN DE HAMBRE!

CORRESPONDE ORGANIZAR COMITÉS INTERSINDICALES DESDE LAS BASES PARA RECHAZAR EL ACUERDO TRÁIDOR Y LUCHAR POR UN SALARIO QUE CUBRA EL COSTO REAL DE LA CANASTA FAMILIAR

¿HASTA CUANDO HE MOS DE SOPORTAR ESTE SISTEMA BURGUES (CAPITALISTA) QUE PARA SOBREVIVIR TIENE QUE MATAR DE HAMBRE AL PUEBLO TRABAJADOR?

¡ALTO AL DESPILFARRO DEL GOBIERNO LACAYO DEL IMPERIALISMO Y DE LOS EMPRESARIOS!



Masas
Órgano del PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO de Argentina
Sección del Comité de Enlace por la Reconstrucción de la IV Internacional

¡NO SOMOS NISMAN!

Nisman era un hombre subordinado a los servicios de inteligencia locales, de EE.UU. y de Israel.

No operaba a espaldas del Gobierno, que conocía al detalle las relaciones de Nisman con Shibus y cómo estaban operando los servicios extranjeros.

Todos los gobiernos han encubierto el atentado a la Embajada de Israel y el atentado a la AMIA. Lo que les importa era tener rápidamente un culpable que fuera funcional para los objetivos de EE.UU. e Israel. Cualquier avance serio en la investigación podía comprometer la acusación.

Ambos atentados no pueden entenderse al margen del papel que ocupa Israel en Oriente Medio, una plataforma terrorista para aplastar militarmente a todos los oprimidos de la región.

La tarea de investigar los atentados y el propio accionar de Nisman solo podrá ser llevada adelante por un verdadero Tribunal Popular, jamás por esta Justicia y el Congreso, cómplices hasta la médula de todas las políticas de impunidad.

ATAQUE EN FRANCIA: LA POSICIÓN DE LA CLASE OBRERA FRENTE AL TERRORISMO



ELECCIONES:
LA POLÍTICA DE LA CLASE OBRERA ES DENUNCIAR EL CARÁCTER DE CLASE DE LA DEMOCRACIA BURGUESA, QUE ES LA DICTADURA DE LOS PATRONES NACIONALES Y EXTRANJEROS

VOTO NULO PROGRAMÁTICO

REVOLUCIÓN Y DICTADURA PROLETARIAS



IM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA PROLETÁRIA

ÓRGÃO BISSMANAL DO PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 23 - Nº 434 - 13 A 23 DE MARÇO DE 2015 - R\$ 3,00

Dia 13 de março, manifestação do PT e CUT em defesa do governo Dilma

Dia 15, manifestação do PSDB e Força Sindical contra o governo Dilma

Em defesa das reivindicações dos explorados e de sua independência de classe

Governo petista e oposição burguesa estão unidos na aplicação das medidas antioperárias contra as massas.

A defesa das reivindicações se choca contra o governo e contra a direita.

Por um Tribunal Popular, que investigue e puna os crimes da burguesia!

Oposição revolucionária a Dilma



Tendencia Clasista Revolucionaria
Sección chilena del Comité por la Reconstrucción de la IV.I CERCI

PENTA y la política burguesa: Iconos de la CORRUPCIÓN Más IMPUNENTE!!



Contacto: indiciatcr@gmail.com www.indiciatcr.cl www.tendenciaclasistarevolucionaria.com

Y DIFUNDA Lucha Obrera órgano informativo del Comité Constructor del Partido Obrero Revolucionario sección chilena

O 1º de Maio e a Revolução Russa

O 1º de Maio na Rússia refletiu a luta do proletariado mundial. Assim, foi caracterizado por Vladimir I. Lênin. Pode-se considerar o 1º de Maio de 1900, em Jarkov, um marco do movimento operário russo, que culminou na Revolução de Outubro de 1917. Os acontecimentos mereceram uma detalhada descrição feita pelo Comitê de Jarkov do Partido Operário Social Democrata da Rússia. Os relatos foram enviados ao Jornal Iskra para serem publicados na forma de artigo. Lênin recomendou editá-los em um folheto, não apenas devido à extensão, mas principalmente para servir de instrumento do trabalho propagandístico. Redigiu uma introdução em novembro deste ano, intitulada “Prólogo ao folheto As Jornadas de Maio em Jarkov”. Esse escrito é de particular importância para a história do movimento operário russo. Mas não se restringe a luta nacional.

As considerações de Lênin colocam o 1º de Maio de Jarkov como parte do movimento do proletariado mundial. Analisa as reivindicações. Distingue as específicas (“pequenas melhorias”) das gerais. Mostra que é melhor para as jornadas do 1º de Maio concentrar a luta em torno das reivindicações gerais, que unem o proletariado em uma só força. Explica: “(...) a reivindicação da jornada de 8 horas pertence a todo proletariado, está dirigida não a determinados patrões, mas aos poderes públicos, como representantes de todo regime social e político atual, a todo tipo de capitalista, dono de todos os meios de produção”. Conclui: “A reivindicação da jornada de 8 horas adquiriu uma importância especial – é uma manifestação de solidariedade com o movimento socialista internacional”.

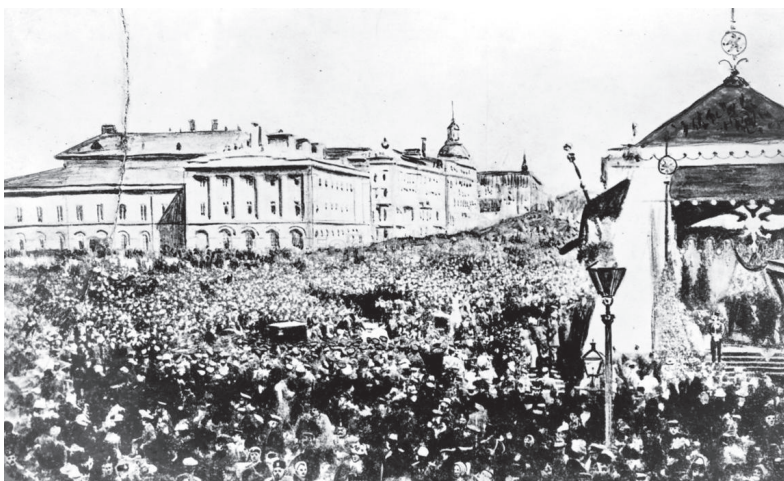
A experiência do 1º de Maio em Jarkov deveria servir para a preparação do 1º de Maio de 1901. As greves e as enormes concentrações operárias imprimiram um caráter revolucionário ao 1º de Maio. Duas reivindicações estiveram na base dos protestos: jornada de trabalho de 8 horas e liberdade política. As jornadas de Jarkov se levantaram em oposição à brutal exploração do trabalho e à opressão política do regime czarista. As reivindicações políticas de liberdade de organização e manifestação tinham de convergir para a defesa de uma “assembleia dos zemstvos”. Essa bandeira mais à frente foi substituída pela assembleia constituinte. O fundamental é que se tratava de organizar o proletariado e as massas oprimidas com as bandeiras contrárias à monarquia. Nesse momento, as observações de Lênin de que era preciso vincular as reivindicações com a exigência de uma Constituição indicavam que na Rússia havia se desencadeado uma revolução democrática. O 1º de Maio, portanto, expressava esse particular momento do país. O cuidado de Lênin em estabelecer a linha revolucionária da socialdemocracia russa, partindo da experiência, como a das Jornadas de 1º de Maio

em Jarkov, desde cedo esteve imbuído do internacionalismo marxista.

No prólogo do folheto, evidencia-se essa orientação: “No curso do ano, os operários apresentam continuamente a seus patrões, aqui e ali, diversas reivindicações parciais e lutam por elas. Para ajudá-los nessa luta, os socialistas devem mostrar-lhes sempre o vínculo que existe entre sua luta e a do proletariado mundial por sua libertação. O 1º de Maio deve ser o dia em que os operários declararam firmemente que compreendem esse vínculo e que decididamente abraçam essa luta”. (Obras Completas, V.I, Lênin, tomo IV)

1901

A previsão de Lênin de que o 1º de Maio em Jarkov prenunciava a radicalização da luta operária e que os socialdemocratas deveriam melhor preparar o próximo 1º de Maio se confirmou em 1901. A greve dos metalúrgicos na fábrica de material bélico Obukhov, em Petersburgo, em 1º de Maio de 1901 se converteu em um brutal choque com as forças de repressão do czarismo. Em 7 de maio, os operários foram vencidos depois de uma matança. Os grevistas tomaram a rua, enfrentaram a cavalaria e se travou uma batalha. Por duas vezes, bloquearam o avanço da polícia e da milícia armada da fábrica, apenas com pedras e objetos ao alcance de suas mãos.



Lênin fez o seguinte balanço: “O governo venceu. Mas cada vitória dessa natureza aproximará inevitavelmente sua derrota definitiva. Cada batalha contra o povo, multiplicará o número de operários revoltados e dispostos ao combate, promoverá direções mais esper-

tas, melhor armadas e mais decididas (...). Temos indicado, mais de uma vez, a necessidade absoluta de uma vigorosa organização revolucionária (...). No conflito de 7 de maio, os operários não tinham mais do que pedras, mas naturalmente não será a proibição do governador da cidade que lhes impedirá da próxima vez procurar outras armas. Os operários não estavam preparados e eram somente 3.500, mas rechaçaram centenas de homens da cavalaria, de militares, de agentes da polícia e de unidades regulares de infantaria”. Conclui o artigo “Uma nova matança” com um chamado: “Camaradas, procurem listar os nomes de todos os mortos e feridos de 7 de maio! Que todos os operários da capital honrem sua memória e se preparem para a nova e decisiva luta contra o governo policial, pela liberdade do povo! (Obras Completas, V. I. Lênin, tomo V)

O 1º de Maio de 1901 ficou tingido de sangue dos operários de Obukhov. Passou a fazer parte indelével da história do 1º de Maio mundial.

1903

Notamos que os revolucionários e, particularmente, Lênin

davam muita importância ao 1º de Maio. Reconheciam que se tratava de uma conquista mundial do proletariado. E que servia de instrumento de luta coletiva dos explorados. O 1º de Maio constituía o momento em que se evidenciava a contradição entre o proletariado e a burguesia. Dependendo da situação econômica e política, o 1º de Maio galvanizava as tendências de luta dos explorados. É o que se verificou nas jornadas de Jarkov e na greve de 1º de Maio na fábrica de Obukhov.

A orientação dos marxistas passou a ser de preparação cuidadosa do 1º de Maio. Cabia realizar uma ampla campanha de propaganda e agitação. Em meados de 1903, Lênin redigiu “Projetos de resoluções para o II Congresso do POSDR”. Entre as resoluções consta a do 1º de Maio. Eis o Projeto de Resolução sobre o 1º de Maio: “O Congresso aprova a realização do Primeiro de Maio, que já se tornou uma tradição, e chama a atenção de todas as organizações do partido sobre a necessidade de que, nas condições existentes escolham a oportunidade e a melhor maneira de realizar esta jornada internacional de luta do proletariado por sua libertação”. (Obras Completas, V.I. Lênin, tomo VI)

Destacamos essa última consideração: “realizar essa jornada internacional de luta do proletariado por sua libertação”. O 1º de Maio que ocorre em cada país é o momento em que se puseram em evidência as conquistas mundiais do proletariado e se indica o caminho da luta futura pela destruição do capitalismo pela revolução social.

1904

O 1º de Maio de 1904 estava diante da Guerra Russo-Japonesa. Os dois impérios disputavam a Manchúria, no leste da Ásia. O Japão derrotou o exército de Nicolau II, em 1905. O partido socialdemocrata russo divulgou um manifesto, redigido por Lênin. A sua importância está em prever o agravamento da crise, que culminaria com os levantes operários de 1905. Reconhecia que as massas operárias despertavam para a luta e, com isso, acelerava o ritmo dos acontecimentos, que colocavam a derrubada da autocracia. O manifesto chamava os explorados a se prepararem para a luta decisiva que se aproximava. A guerra, o sofrimento das massas e a evidência de que a monarquia de Nicolau II estava esgotada despertavam a consciência de classe das camadas mais atrasadas do proletariado. Era o sinal de que se formava uma situação revolucionária.

A ala marxista da socialdemocracia russa compreendeu em toda sua extensão a importância da guerra para o processo revolucionário. É o que expressa o manifesto “O 1º de Maio”, abril de 1904. Eis a sua finalização:

“A velha Rússia agoniza. Uma Rússia livre ocupará seu lugar. As forças obscurantistas que sustentam a autocracia czarista se afundam. Mas somente o proletariado consciente e organizado poderá desfechar o golpe da morte. Somente o proletariado consciente e organizado poderá conquistar para o povo a verdadeira liberdade, não a liberdade falsificada. Somente o proletariado consciente e organizado poderá desbaratar a tentativa de enganar o povo, de limitar seus direitos, de convertê-lo em mero instrumento nas mãos da burguesia.

Camarada, operário! Preparemo-nos com redobrada energia para o combate decisivo que se aproxima! Que fortaleçamos as fileiras do proletariado socialdemocrata (naquele momento, todos os marxistas revolucionários se autodenominavam socialdemocratas – nota do editor)! Que sua voz se propague com amplitude cada vez



maior! Que a agitação pelas reivindicações operárias se amplie cada vez com maior audácia! Que a manifestação do 1º de Maio traga para nossa causa milhares de novos combates e engrosse nossas forças na grandiosa luta pela liberdade de todo o povo, pela emancipação de todos os trabalhadores do jugo do capital!

Viva a jornada de trabalho de 8 horas!

Viva a Social Democracia revolucionária internacional!

Abaixo a criminoso e bandoleira autocracia czarista! (Obras Completas, V. I. Lênin, tomo VII)

1905

O 1º de Maio deste ano foi precedido do “Domingo Sangrento”, assim denominado o massacre dos operários, em 9 de janeiro (calendário russo, 22 de janeiro no nosso calendário). A manifestação dirigida pelo padre ortodoxo Gregório Gapon foi recebida no Palácio de Inverno de Nicolau II com tal violência, que se estima pelo menos 4.600 entre operários mortos e feridos. Iniciava-se a Revolução de 1905. Em resposta ao massacre, as massas se lançaram às ruas, levantaram barricadas, eclodiu a insurreição. Em 10 de janeiro, Lênin, exilado na Suíça, enviou uma nota que refletia a situação revolucionária. Diz: “Correm rios de sangue, levantam-se as chamas da guerra civil pela liberdade (...) Viva a Revolução! Viva o proletariado insurreto!”

Em 12 de janeiro, Lênin publicou o artigo “O começo da revolução na Rússia”. Orienta: “Armar sem demora os operários e todos os cidadãos em geral; preparar e organizar as forças revolucionárias para esmagar as autoridades e instituições do governo; está aí a base prática sobre o que podem e o que devem reunir todos os revolucionários para atacar juntos. O proletariado deve seguir sempre seu caminho independente, estreitamente unido ao partido socialdemocrata, sem perder de vista sua grandiosa meta final, que é emancipar toda humanidade de qualquer tipo de exploração”.

Em São Petersburgo surgiu o primeiro soviete (conselho) de operários. O proletariado criava no combate seu organismo de poder e de democracia das massas em luta. Passou a ser o órgão de direção da greve geral, em outubro.

Nesse ínterim, ocorreu o 1º de maio. Lênin redigiu o manifesto, no exílio. Fez um chamado à unidade dos explorados de todas as nacionalidades e convicções para se levantarem em armas contra a sangrenta monarquia. Eis: “Judeus e cristãos, armênios e tártaros, polacos e russos, suecos e finlandeses, letões e alemães – todos, todos marcham unidos sob uma só bandeira, sob a bandeira comum do socialismo. Todos os operários são irmãos, e sua firme união é a única garantia do bem estar e da felicidade de toda

humanidade trabalhadora e oprimida. O 1º de Maio, esta federação de operários de todos os países, a socialdemocracia internacional, passem revista suas forças e se unam em cerrada fileira para iniciar um novo, incansável, inquebrantável combate pela liberdade, igualdade e fraternidade (...) Nos lançaremos, com as armas nas mãos, à insurreição, para derrotar o governo czarista e conquistar a liberdade para todo o povo! Às armas, operários e camponeses! (...) Que o 1º de Maio deste ano se converta em nossa manifestação da insurreição popular, preparemo-nos para ela e estejamos atentos a seu sinal para lançarmos o ataque decisivo contra o tirano! Abaixo o governo czarista! O derrotaremos e instauraremos um governo provisório revolucionário, que se encarregará de convocar um assembleia popular constituinte (...) Viva o 1º de Maio! Viva a socialdemocracia revolucionária internacional! Viva a liberdade do povo operário e camponês! Viva a república democrática! Abaixo a autocracia czarista! (Obras Completas, V.I. Lênin, tomo VIII)

1906

Em outubro-novembro de 1905, o proletariado continuava em luta. Dois meses antes, a monarquia realizou uma manobra política, lançando uma Lei eleitoral e acenou a convocação da I Duma, conhecida com o nome de DUMA de Bulguin. A fração revolucionária da socialdemocracia, liderada por Lênin denunciou seu caráter de “assembleia consultiva de representantes de latifundiários e da grande burguesia”, totalmente contrária à “representação popular”. Estabeleceu-se a discussão sobre a tática do boicote e sobre as reivindicações a serem defendidas. Vincula-se a defesa da convocação de uma assembleia constituinte com a entrega de armas ao povo, com os direitos políticos e com a reivindicação da jornada de trabalho de 8 horas. A luta democrática, nesse momento, estava condicionada pelas tendências insurrecionais do proletariado.

É nessa situação que ocorre o 1º de Maio de 1906. No partido socialdemocrata, que se encontrava em processo de unificação dos mencheviques e bolcheviques, fervia a discussão sobre a questão da I DUMA. Os mencheviques, liderados por Plekanov, combatiam duramente as posições de Lênin sobre o boicote ativo nas condições em que prevalecia a ação direta das massas. A preparação do 1º de Maio compareceu condicionada a essa discussão. Lênin fez a seguinte consideração: “Vivemos o começo de um novo ascenso social. E tanto o movimento dos desempregados, como o do 1º de Maio, com o aumento da efervescência do campesinato e no exército, como as manifestações, a imprensa e as associações, testemunham inequivocamente o novo e vasto ascenso do movimento popular. Este ultrapassou, em poucos dias, o ascenso que teve sua expressão no triunfo dos cadetes e das ‘esquerdas’ em geral durante as eleições. Os cadetes já foram ultrapassados. A DUMA cadete murcha, antes de ter florescido”. (Obras Completas, V. I. Lênin, tomo X)

1907

Neste ano, a situação política havia mudado. Refletia a derrota da insurreição de dezembro de 1905. A posição de Lênin de que deveria mudar a tática do boicote ativo para a participação nas eleições para a II DUMA, fevereiro de 1907, se baseava no reconhecimento de que o proletariado e os camponeses já não se batiam diretamente contra o regime. A reação monárquica havia se fortalecido. Em junho foi desfechado um golpe

de Estado, que dissolveu a II DUMA, que contava com representações de esquerda. Os parlamentares socialdemocratas foram presos. Decretou-se uma Lei eleitoral mais discricionária.

De forma que a contenção do ascenso de dezembro em 1905 e o golpe de 3 de junho de 1907 constituíram acontecimentos que indicaram a ofensiva contrarrevolucionária da monarquia. A III DUMA, de novembro de 1907, consagrou o controle monárquico da situação política. Acirrou-se a divergência no seio da socialdemocracia se se deveria boicotar ou não a III DUMA. Lênin se posicionou pelo não boicote, analisando a diferença da situação revolucionária de 1905 com a contrarrevolucionária de 1906, mais acentuadamente de 1907. Em seu folheto *Contra o Boicote* fundamentou a tática aplicada em 1905: “Do ponto de vista objetivo, era inevitável a luta entre um e outro caminho, entre o caminho da luta revolucionária direta das massas e o caminho da Constituição monárquica”. Uma vez que o período revolucionário se esgotou e iniciou o período contrarrevolucionário, a tática em relação à DUMA czarista também deveria ser modificada. “O boicote ativo não tem sentido sem um amplo ascenso revolucionário (...). O traço característico do momento atual não é o entusiasmo pelo primeiro ‘parlamento’, não é a fé na DUMA, mas a falta de fé no ascenso revolucionário. Em tais condições, lançar antecipadamente a consigna do boicote, não fortaleceremos nem minimamente o movimento, nem quebraremos os verdadeiros obstáculos que a ele se opõem. Mais ainda: correremos inclusive o perigo de debilitar com isso a força de nossa agitação, pois o boicote é uma consigna que acompanha um ascenso já definido, e toda a desgraça de agora consiste em que vastas camadas da população não acreditam no ascenso, nem veem sua força”.

Não encontramos nos escritos de Lênin considerações sobre o 1º de Maio de 1907.

1912

O 1º de Maio de 1912 ocorreu em meio a uma vigorosa greve geral do proletariado russo. Em 17 abril deste ano, os operários das minas de ouro do Rio Lena (Sibéria) decretaram a greve pela redução da jornada de trabalho. O comitê de greve foi preso. Os grevistas saíram em sua defesa. As tropas abriram fogo contra 2500 mineiros. Centenas caíram mortos ou feridos. Esse acontecimento marcou uma virada na situação política. Desencadeou por toda Rússia protestos. O 1º de Maio galvanizou a greve geral.

Lênin redigiu o artigo “O Ascenso Revolucionário”. Mostrou que a greve do 1º de Maio indicava que a Rússia entrava em um período de ascenso revolucionário. Fundamenta: “As greves de massa que se propagam de uma região a outra, seu enorme crescimento, a rapidez com que se proliferam, a valentia dos operários, o número cada vez maior de manifestações e discursos revolucionários, as reivindicações de anulação das multas por se realizar o ato do 1º de Maio, a combinação da greve política e da greve econômica, que já conhecemos desde a primeira revolução russa – todas estas são indicações evidentes do verdadeiro caráter do movimento, que é um ascenso revolucionário das massas”. Defende “o apoio da classe operária ao campesinato democrático e à ativa participação do exército”. (Obras Completas, V.I. Lênin, tomo XVIII)

A Conferência do partido social democrata russo estabeleceu as consignas: “República democrática, jornada de 8 horas, confisco de todas as terras dos latifundiários”. Lênin exige “organização

e organização como a condição para os revolucionários dirigirem a luta". Acentua a importância do partido adestrado no trabalho ilegal.

Observamos que o 1º de Maio de 1912 retomou o caminho do 1º de maio de Jarkov.

1913

O 1º de Maio de 1913 reascendeu a chama revolucionária que havia inflamado a classe operária em 1905. Lênin redigiu um manifesto programático, assinalando o caminho da revolução proletária. As massas se dirigiram à manifestação do 1º de Maio recordando o massacre dos mineiros de Lena, um ano antes. A autocracia procurou por todos os meios quebrar a greve e impedir que os trabalhadores confluíssem para o 1º de Maio de 1913. De nada adiantou a polícia varrer os subúrbios industriais, com a lista de suspeitos e com a ordem de prisão. As tendências revolucionárias entre as massas vinham se reconstituindo desde os acontecimentos de Lena. A IV DUMA nada pôde fazer para desviar politicamente o curso da ação direta. A monarquia já não governava. Eis a avaliação de Lênin:

"A Rússia vive uma situação revolucionária, porque se agudizou ao máximo a opressão sobre a esmagadora maioria da população, não somente sobre o proletariado, mas sobre as nove décimas partes dos pequenos produtores, particularmente dos camponeses, e esta opressão agudiza a fome, a miséria, a falta de direitos e a humilhação do povo se encontram em flagrante contradição com a situação das forças produtivas da Rússia, com o nível de consciência e com as reivindicações das massas, que despertaram em 1905, bem como com a situação de todos os países vizinhos, não só europeus, mas também asiáticos.

Porém, isso não é tudo. Apenas a opressão, por maior que seja, não origina uma situação revolucionária em um país. Na maioria dos casos, para que ecloda a revolução não basta somente que os de baixo não queiram continuar vivendo como antes. É necessário, além disso, que os de cima não possam continuar administrando e governando como antes. É o que observamos hoje na Rússia. A crise política amadurece a olhos vistos. A burguesia fez tudo o que dela dependia para apoiar a contrarrevolução e garantir um 'desenvolvimento pacífico' sobre esta base contrarrevolucionária. A burguesia subvencionou os verdugos e os senhores feudais com todo o dinheiro que necessitavam; difamou a revolução e a renegou; lambeu as botas de Purishkevitch e o chicote de Markov II, converteu-se em seu lacaios, inventou teorias apoiadas nos argumentos europeus, teorias que difamam a revolução de 1905, por ser 'intelectual', de culpada, criminosa, traidora, etc."

Nesse manifesto, Lênin também desenvolveu a caracterização de uma "situação revolucionária e da crise diretamente revolucionária". Destacou o proletariado como força motriz da revolução. É bom reproduzir a fundamentação: "Nem a opressão dos de baixo, nem a crise dos de cima podem provocar uma revolução;

o que pode provocá-la é a decomposição de um país, desde que tenha uma classe revolucionária capaz de transformar o estado passivo de opressão em estado ativo de revolta e insurreição".

Lênin conclui o manifesto, mostrando a importância do 1º de Maio como instrumento revolucionário dos explorados.

"A comemoração do Primeiro de Maio deste ano demonstrou ao mundo inteiro que o proletariado russo marcha firmemente por seu caminho revolucionário, fora do qual não há salvação para a Rússia, que se afoga e apodrece em vida". (Obras Completas, V.I. Lênin, tomo XIX)

1917

Não encontramos nos escritos de Lênin referências sobre o 1º de Maio nos anos de 1914 a 1916. A 1ª Guerra Mundial ocupou a atenção dos bolcheviques. Tratava-se de como transformar a guerra imperialista em guerra civil. E como defender as posições do internacionalismo marxista diante do revisionismo chauvinista da II Internacional.

Lênin no artigo "A guerra e a Socialdemocracia Russa" descreveu a brutal repressão desencadeada por Nicolau II ao movimento operário e suas organizações. A maior parte dos

sindicatos foi fechados e parte da militância, presa e deportada. Depois de um ano de guerra, a Rússia se viu diante da crise revolucionária. Em agosto de 1915, o czar dissolveu a IV DUMA, que havia autorizado o país a entrar na guerra e que serviu aos bolcheviques para votar contra os créditos de guerra. Os deputados revo-

lucionários foram presos e acusados de alta traição. Apesar da retomada das lutas, é bem provável que não tenha havido condições para o 1º de Maio se erguer como instrumento de combate das massas.

Em 1917, Lênin fará referência ao 1º de Maio. Compara-o com a manifestação de 18 de junho. Vejamos: "A manifestação de 18 de junho se transformou em uma demonstração de força e da política do proletariado revolucionário, que assinala o rumo da revolução, que assinala como sair do atoleiro. Nisto reside a enorme significação histórica da manifestação de domingo, e sua diferença essencial com as manifestações realizadas no funeral das vítimas da revolução e no 1º de Maio. Aquela foi uma homenagem unânime à primeira vitória da revolução e seu heróis, uma olhada retrospectiva de que o povo dirigia a primeira etapa do caminho para a liberdade, tão rápida e tão triunfalmente percorrida. O 1º de Maio foi uma festa de desejos e esperanças, vinculados à história do movimento operário mundial, ao seu ideal de paz e socialismo. Nenhuma das duas manifestações propunha o objetivo de mostrar o rumo da marcha futura da revolução, nem tinha como fazê-lo. Nenhuma das duas colocava o povo, nem em nome do povo, os problemas concretos, precisos, urgentes, de como e com que rumo prosseguir a revolução. Nesse sentido, a jornada de 18 de junho foi a primeira demonstração política no terreno da



ação, uma lição dada não em um livro, ou em um jornal, mas na rua, não pelos dirigentes, mas pelas massas, uma lição de como atuam, de como querem atuar e atuarão as diferentes classes para levar adiante a revolução". (Obras Completas, V. I. Lênin, XXVII)

Essa comparação nos traz uma lição inestimável. O 1º de Maio, desta vez, cumpriu um papel limitado.

1918- 1919 -1920

Depois da vitória da revolução proletária, em outubro de 1917, destaca-se o 1º de Maio de 1919. O poder soviético havia vencido a batalha pela sobrevivência. Mas ainda enfrentava a resistência do imperialismo e da contrarrevolução interna. Lênin em seu discurso fez uma comparação com o 1º de Maio de 1918 para mostrar que naquele ano a revolução ainda estava ameaçada pelo imperialismo alemão. E que agora o 1º de Maio era realizado em melhores condições. A retirada das forças anglo-francesas de Odessa e da Crimeia era um sinal do triunfo do proletariado revolucionário. Internamente, as forças contrarrevolucionárias dirigidas por Kolchak perdiam francamente terreno e que a vitória estava perto.

O 1º de Maio simbolicamente foi realizado na Praça Vermelha, no monumento Lobnoie Miesto. Neste espaço, nos séculos XVI e XVII, o czar anunciava as sentenças de mortes. Stepan Razin, dirigente da rebelião camponesa de 1667-71, ali foi executado. Nas palavras de Lênin: *"Este Lobnoie Miesto nos traz a memória de quantos séculos de tormento sofreram as massas trabalhadoras sob o jugo de seus opressores, pois o poder do capital não pode se sustentar a não ser por meio da força e da opressão, que ainda no passado provocava indignação. Aqui foi erguido esse monumento a um dos representantes dos camponeses sublevados. Neste lugar, entregou a sua vida na luta pela liberdade. Na luta contra o capital, os revolucionários russos fizeram muitos sacrifícios. O melhor do proletariado e do campesinato, nos combates pela liberdade, morreram, mas não a luta por essa liberdade que oferece o capital, a liberdade em que se conservam os bancos, as fábricas de propriedade privada e a especulação. Abaixo essa liberdade! Nós precisamos de uma autêntica liberdade, e isso só será possível quando a sociedade esteja composta unicamente por trabalhadores. Para alcançar essa liberdade, é preciso muitos esforços e muitos sacrifícios. Faremos tudo o possível por alcançar essa grande meta, por construir o socialismo."*

Lênin termina seu discurso: Viva a República Internacional

de Sovietes! Viva o Comunismo!" (Obras Completas, V.I. Lênin, tomo XXXI)

O 1º de Maio de 1920 serviu de motivo para a colocação da pedra fundamental do monumento a Karl Marx. Nas palavras de Lênin: *"Honramos a memória de Karl Marx no dia da comemoração internacional do trabalho, ocasião propícia para demonstrar a todos que saberemos cumprir a missão de organizar a sociedade socialista dos trabalhadores. Estou seguro de que o monumento ao nosso grande mestre, cuja pedra fundamental colocamos hoje, se converterá em um chamamento para que toda a atenção de vocês se concentre na necessidade de trabalhar com empenho para criar a sociedade na qual não haverá lugar para a exploração". (Obras Completas, V.I. Lênin, tomo XXXIII).*

Conclusão



Notamos que o 1º de Maio na Rússia esteve profundamente vinculado à revolução proletária. A importância que os explorados russos davam ao dia internacional dos trabalhadores esteve diretamente ligada aos combates contra a autocracia e os exploradores. A brutal repressão às greves, protestos e levantes empaparam de sangue o 1º de Maio de 1901 e de 1912. A classe operária russa a cada derrota aprendia e se levantava com mais força. Em seu seio, gestava o bolchevismo, a fração revolucionária da socialdemocracia russa.

O percurso que apresentamos se baseou nos escritos de Lênin. A cada nova situação da luta de classes em que o 1º de Maio se erguia sobre os ombros dos operários, Lênin extraía as lições e formulava as diretrizes que guiavam os próximos passos da vanguarda revolucionária. As distintas situações em que os explorados fluíam para o 1º de Maio correspondiam às mudanças conjunturais e aos períodos de embate entre a revolução e contrarrevolução. Isso explica a vitalidade do 1º de Maio no período de 1900 a 1917. Tudo indica que na Rússia, o 1º de Maio alcançou o ponto mais alto do movimento operário internacional.

A degenerescência do partido bolchevique e do Estado operário, promovida pelo estalinismo, tornou o 1º de Maio em tribuna de propaganda enganosa de um socialismo que não existia. O proletariado mundial e sua vanguarda têm de retomar suas fontes originais da luta revolucionária e da orientação marxista-leninista-trotskista.

Viva o 1º de Maio internacionalista revolucionário!

O 1º de Maio na Argentina, Bolívia e Cuba

No Congresso de Paris de 1889, a II Internacional aprovou o 1º de maio como Dia Internacional dos Trabalhadores. Nos países da América Latina, naquela época, o proletariado fabril se encontrava em estado embrionário. O assalariado semiprotetário e o artesão se misturavam à incipiente classe operária, formada no seio das indústrias que surgiam como parte integrante e interdependente do mercado mundial, como elos na cadeia da divisão mundial do trabalho. O proletariado latino-americano compareceu desde sua origem como um destaque do proletariado mundial, embora se achasse imerso pelas formas de produção pré-capitalista.

Esse particular e contraditório desenvolvimento histórico-social tinha de se expressar nos primeiros atos comemorativos de 1º de Maio no continente. As manifestações foram realizadas inicialmente nos países onde a imigração europeia e as nascentes indústrias fabris confluíram para criar as bases materiais da luta de classes moderna. Misturavam-se as tradições liberais às mais avançadas teorias sociais e políticas da época, como o socialismo. O jovem e inexperiente proletariado latino-americano não teve como gerar uma vanguarda que constituísse o programa e a estratégia revolucionária, que se apresentava no seio do proletariado mundial com o socialismo científico de Marx e Engels. Foram a intelectualidade pequeno-burguesa, os socialdemocratas e os anarquistas que expressaram posições socialistas, mas deformadamente.

Somente com a constituição de correntes forjadas no programa do marxismo revolucionário (a exemplo do bolchevismo) e com a vitória da revolução proletária na Rússia, em 1917, é que compareceram os atos de 1º de Maio como tribunas operárias internacionalistas e de combate ao capitalismo.

Certamente, esta síntese não nos permite desenvolver todos os fatores históricos e as inúmeras experiências realizadas na América Latina. No entanto, desenvolver aqui as experiências da Argentina, Cuba e Bolívia permite-nos ressaltar seus traços comuns. A importância dessa seleção está em que, nesses países, assim como no Chile, a luta de classes chegou a nível mais elevado. Mas, também, pela importância de seu proletariado para a luta de classes latino-americana.

Argentina

Em 1887, 50% dos habitantes de Buenos Aires eram estrangeiros. Grande parte se inseria nas fábricas que começaram surgir como resultado da maciça penetração de capitais estrangeiros nos setores-chaves do comércio, da indústria e da extração de matérias-primas. Essas condições fizeram do proletariado imigrante o centro ideológico e o motor político da luta de classes. Os operários de origem espanhola, francesa, italiana e alemã cumpriram um papel de destaque nas lutas contra a exploração do trabalho e na elaboração de um plano de reivindicações operárias. Eles impulsionaram a formação de sindicatos por ramos de atividade, federações, jornais e clubes operários.

O primeiro ato do 1º de Maio aconteceu em 1890. O *Clube Alemão Vorwärts* (À frente, socialdemocrata), fundado em 1882, propunha fazer dele uma “tribuna internacionalista”. Para cumprir esse objetivo, se constituiu um comitê organizador

que impulsionou uma campanha para impor ao Parlamento um pacote de leis trabalhistas. Destacavam-se a jornada de trabalho de 8 horas, a proibição do trabalho noturno e aos menores de 14 anos, leis de proteção à mulher, descanso aos domingos, o controle das condições de saúde nas fábricas, seguros contra acidentes, criação de tribunais bi-partites (de operários e patrões) para a conciliação de conflitos trabalhistas, etc.

Compareceram nesse ato três mil operários. Os oradores falaram em espanhol, italiano, francês e alemão. Participaram as mais novas organizações sindicais, compostas majoritariamente de operários estrangeiros. Antigas agremiações nacionais (tipógrafos, ferroviários, operários da indústria de farinha e grãos, pedreiros, padeiros e outros) não participaram. Na base política dessa divisão, se colocaram as divergências entre as direções das organizações sindicais, de caráter trade-unionistas, e as direções de orientação internacionalista. Na base material, coexistiam dois estágios distintos de desenvolvimento das forças produtivas internas. Estavam em choque dois estágios diferentes de desenvolvimento da consciência política do proletariado mundial. A nova vanguarda operária expressava - embora com graves insuficiências - as tradições internacionalistas do proletariado europeu.

No início do século XX, os atos assumiram o caráter internacionalista e de manifestações contra a opressão de classe. Refletiram-se neles o caráter político do movimento operário e seus contínuos choques com o Estado e a propriedade privada. Mas não se superou o caráter instintivo desses choques porque a vanguarda não avançou no caminho da constituição de partido-programa, portanto, não pôde organizar o proletariado como classe independente e força motriz da revolução social.

No entanto, a burguesia compreendeu a importância desse processo. Fortaleceu e estendeu a repressão e a criminalização do movimento operário. Qualquer que fosse a manifestação operária, a exemplo dos atos de 1º de Maio, aparecia como um perigo aos interesses dos exploradores. O 1º de Maio de 1909 foi brutalmente reprimido pelo exército - tomaram doze operários. Diante da chacina, a UGT, a FORA e as Sociedades autônomas (anarquistas) redigiram um manifesto, no dia 2 de maio, no qual se denunciou o massacre como “*señal dos tempos burgueses: o assassinato coletivo*”. E resolveram: “1) decretar a greve geral por tempo indeterminado (...) enquanto não se conseguir a liberdade dos companheiros detentos e abertura dos locais operários. 2) (...) garantir a vigilância nos talheres e fábricas (...) impedindo de todas as formas o comparecimento ao trabalho de um só operário”. Deflagrou-se uma poderosa greve geral na capital em reposta aos assassinatos. Desenvolveram-se nas ruas de Buenos Aires piquetes operários e travaram-se combates contra as forças repressivas. 150 mil pessoas enfrentaram a repressão durante uma semana. Finalmente, no dia 8 de maio, o governo foi forçado a recuar. Libertaram-se os presos do movimento grevista e reabriram-se os locais operários fechados. A classe operária demonstrava, assim, o poder da greve unitária e aprendia que somente com seus métodos próprios de luta é possível impor derrotas aos capitalistas.

Em 1910, mais de 70 mil pessoas decretaram uma greve geral no ato de 1º de Maio. Foi a última demonstração de força

do anarquismo. Nos anos de 1910-1920, ocorre um crescimento dos partidos socialistas e à vanguarda do proletariado se coloca a questão do programa da revolução proletária e de sua teoria marxista. Dava-se um passo na superação da influência socialdemocrata e do anarquismo. Nesse mesmo período, também começaram a se manifestar os primeiros sintomas de integração das direções sindicais ao Estado e aos partidos da burguesia.

O governo nacionalista de Hipólito Yrigoyen (1917-1930, da União Cívica Radical-UCR) aplicou as primeiras e limitadas reformas trabalhistas. Estabeleceu uma política de cooptação das direções sindicais reformistas. Objetivava conter as tendências revolucionárias, por meio da constituição de uma burocracia sindical servil e talhada para a conciliação de classes. Distintamente, os setores mais ativos ligados ao marxismo foram violentamente reprimidos e criminalizados. Esse processo dos primórdios da estatização dos sindicatos criou as condições para avançar a institucionalização do 1º de Maio. Em 28 de abril de 1930, Yrigoyen decretou o 1º de Maio “(...) *dia de festa em todo o território da República* (...)”.

Em março de 1936, com a constituição da *Central Geral do Trabalho* (CGT), abriu-se uma nova etapa nesse processo. A integração das direções sindicais ao aparelho estatal e aos métodos democrático-burgueses avançou. As tendências nacionalistas burguesas encarnaram em um setor da burocracia e, por meio desta, em amplos setores do proletariado. O 1º de Maio de 1936 evidenciou essas mudanças estruturais. 160 mil manifestantes compareceram ao ato para ouvir palavras de ordem pacifistas, ordeiras e de conciliação de classes. Falaram tanto as lideranças sindicais (José Domenech, da CGT), socialista (Mario Bravo) e estalinista. Porém, também as lideranças burguesas democráticas (Lisandro de la Torre) e radicais (Arturo Frondizi, da UCR). Nesse ato, rejeitou-se pela primeira vez se cantar o hino da internacional comunista, como era da tradição operária, trocando-o pelo hino nacional argentino. O senador Bravo (PS) deu o tom dessa medida dizendo: “*foi executado o hino nacional, porque o movimento (...) não pode ter outro destino senão a defesa da Nação, de seus interesses, suas riquezas e princípios*”. Penetrava fundo no proletariado, por meio de suas organizações, controladas pelas burocracias estatizantes, a política dos exploradores e de seus escravizadores.

Com a ascensão do nacionalismo peronista e com a integração da cúpula sindical da CGT ao Estado burguês, os atos de 1º de Maio, na década de 1940, passaram a ser uma iniciativa não do proletariado, mas do Estado e do nacionalismo burguês. Em 1946, pela primeira vez, um presidente burguês (Perón) participou de uma manifestação operária de 1º de Maio. Em 1947, foi o principal orador do ato. Disse que o Dia do Trabalhador era de “*uma festa de irmãos (...) sem distinção de hierarquias, nem de castas, nem de classes. Todos iguais, com os mesmos direitos e as mesmas obrigações perante a Pátria e em face da história*”. Os atos “peronistas” terminavam com “shows artísticos”, desfiles de carruagens e eleição da “rainha do trabalho”. Os partidos e correntes opositoras tiveram de fazer seus atos no dia anterior, sob vigilância policial e longe do centro da cidade.

O 1º de maio foi proibido pela ditadura militar que arrancou o peronismo do poder (1955-1970). No entanto, os atos continuaram sendo realizados de forma mais ou menos aberta

nos sindicatos classistas e nos centros operários. Com o restabelecimento das eleições, na década de 1970, os atos de 1º de Maio se massificaram e radicalizaram, refletindo o vigoroso avanço da luta de classes no país. Mas, continuaram divididos, expressando as profundas diferenciações sociais e políticas.

Sob a bota da ditadura militar genocida de 1976-1983, os atos e as manifestações mais combativos de 1º de Maio (públicos ou clandestinos) foram realizados por iniciativa das correntes sindicais e políticas classistas. Isto é, quando possível, por serem realizadas em condições de violenta repressão política e de extermínio físico da vanguarda. No período da redemocratização (outubro de 1983), os atos tiveram o caráter de simples comemorações burocráticas. Ou de atos de denúncia e luta política, quando organizados pela esquerda. Somente na década de 2000 voltarão à cena as manifestações operárias do 1º de Maio, como grandes e massivas jornadas políticas. No entanto, mantiveram-se, no caso das convocadas e organizadas pela burocracia sindical, como bases de manobra para apoiar politicamente uma ou outra fração da burguesia que travavam uma disputa pelo controle do aparelho de Estado.

O acima descrito permite-nos demonstrar que, embora o processo histórico projetasse o proletariado no campo da luta política, sem a direção revolucionária, ele acabou se sujeitando ao domínio do nacionalismo burguês e às diversas variantes da política de conciliação de classes. É preciso ressaltar o peso negativo que teve para o proletariado latino-americano a estalinização do jovem partido comunista e a destruição da III Internacional. O estalinismo com sua política de aliança do proletariado com a burguesia nacional concluiu como uma ala do nacionalismo burguês. Isso explica, em grande parte, por que na Argentina os atos de 1º de Maio passaram de atos internacionalistas e manifestações da luta de classes - embora limitados - a uma festividade da “unidade nacional”, da “integração social” e da conciliação de classes.

Bolívia

Na *História do Movimento Operário Revolucionário*, Guillermo Lora assinala que só em 1908 aconteceu o primeiro ato de 1º de Maio no país, organizado pela “*Sociedade de Operários El Porvenir*”. E que, apesar dos organizadores não compreenderem o real significado dessa data, tratou-se de um reflexo da “*pressão que exercia o movimento operário internacional*”. Ainda destaca que se limitou a um ato pacífico e que os discursos louvaram os governantes liberais. Porém, afirma também que teve “*o significado de uma profunda comoção nas práticas operárias vigentes*”. Eis por que sob “*essa influência que a ideologia artesã modelada pelo liberalismo se transforma e se eleva a um nível revolucionário*”.

Diferentemente de outros países, o proletariado boliviano não passava, em 1910, de um embrião. Não tinha se diferenciado como classe na economia pré-capitalista e camponesa. Eis por que foram os intelectuais que refletiram - embora deformadamente - o conteúdo internacionalista do ato. Em 1916, o jornal operário “*Luz e Verdade*”, sob a direção do intelectual liberal Enrique G. Loza, exporá essa posição: “*façamos que a Internacional dos trabalhadores seja uma onda incontestável*”. Um ano depois, José Vera Portocarrero assinalará: “*imitar a semana trágica de Barcelona e marchar contra o governo e os liberais*”.

Lora explica que a *Federação Operária Internacional* (FOI) se constituiu na primeira organização operária a colocar, na sua declaração programática, a necessidade de transformar o 1º de Maio em jornada nacional de protestos. Em nota do dia 8 de abril de 1913, referindo-se aos preparativos do próximo ato, a FOI declara: “é dever de todo operário fazer parte nesta festa mundial e é justo lembrar os mártires sacrificados pelo trabalho em Chicago”. Daí em diante, os congressos operários se preocuparam por “*lhe dar seu verdadeiro conteúdo revolucionário*”.

A passagem dos atos “festivos” e “culturais” às manifestações operárias foi dada pelas transformações ocorridas na economia nacional e pelo proletariado mineiro, se constituindo como a fração mais concentrada e politizada do proletariado boliviano. Será nesse período, como Lora afirma, que as organizações de esquerda, influenciadas pelo marxismo, ajudaram a sua elevação política consciente e, portanto, à transformação dos atos de 1º de Maio em verdadeiros protestos classistas.

Em 1946, o proletariado mineiro já se constituía como a vanguarda da classe operária boliviana. A aprovação das Teses de Pulacayo, no congresso mineiro (.....) abriu caminho para a organização independente e revolucionária do proletariado. Em seguida, o proletariado mineiro realizaria uma tarefa que não se encontra paralelo na América Latina, que é a criação da *Central Operária Boliviana* (COB), como um embrião de duplo poder. No interior desse processo, o percurso de independência de classe contou com a presença ativa do Partido Operário Revolucionário (POR). O 1º de Maio de 1971 expressou a evolução política do proletariado sob uma diretriz e um programa revolucionários. Trata-se do mais importante e transcendente momento histórico do proletariado latino-americano na sua luta por se libertar das cadeias da opressão capitalista e de avançar para a conquista do poder político. Nesse momento, constituiu-se a Assembleia Popular, que se ergueu como órgão de duplo poder, a exemplo da forma soviética. É bem provável que não haja outro momento na história latino-americana em que um 1º de Maio tenha representado de forma mais completa e concreta a via da revolução e ditadura proletárias.

O desvio da revolução boliviana de 1952, que expressava as Teses de Pulacayo, pelo nacionalismo burguês e, portanto, a impossibilidade do POR levar a maioria oprimida a tomar o poder, e, posteriormente, o golpe militar fascista que derrubou o governo nacionalista e esmagou a Assembleia Popular bloqueou o processo revolucionário e, assim, impossibilitou que o 1º de Maio servisse de instrumento da revolução, como foi o de 1971.

Com a chamada de “re-localização” mineira (na década de 1980) e o *Decreto lei 21060*, o proletariado mineiro foi se en-

fraquecendo e se afastando das tradições revolucionárias. Os atos de 1º de Maio passaram a ser controlados pela burocracia sindical, pelos setores proletários sem tradição revolucionária e pelas organizações camponesas dominadas pelo reformismo. Tornaram-se festivos e culturais. Operou-se uma regressão e reação ideológica que se concretizou na política no MAS. Só a vanguarda encarnada no POR conservou as tradições revolucionárias nas comemorações de 1º de Maio e se ergueu em sua referência proletária. O percurso do 1º de Maio na Bolívia demonstra a importante relação entre o proletariado como classe revolucionária e seu partido.

Cuba

No período entre o fim da primeira Guerra de Independência e o começo da segunda (1878-1895), o país recebeu uma grande imigração de espanhóis que vinham à procura de trabalho.

Muitos já tinham se destacado nas greves dirigidas pelos anarquistas; ou participaram em tentativas insurrecionais. Assim, chegaram ao país a literatura e imprensa anarquista e socialista. Rapidamente, penetraram no incipiente proletariado cubano. Os anarquistas ajudaram avançar na unificação dos sindicatos e na utilização dos métodos da ação direta nas lutas operárias. Esses métodos e táticas vieram a confluir com a longínqua e rica experiência das lutas nacionalistas cubanas do século XIX. No momento dos acontecimentos trágicos de Chicago, essas condições permitiram que Cuba fosse um dos primeiros países a fazer uma grande campanha de protestos e de solidariedade aos presos políticos nos Estados Unidos.

Em dezembro de 1887, realizou-se o primeiro ato em memória dos anarquistas assassinados pelos tribunais burgueses. Em 1890, ocorreu o primeiro ato comemorativo do 1º de Maio. Participaram três mil operários.

Embora se destacasse pelo caráter pa-

cifista, o governo decretou o toque de recolher. Os oradores denunciaram a miséria e a opressão operária e camponesa. Exigiram: a jornada de 8 horas, igualdade entre brancos e negros, a unidade e a solidariedade dos trabalhadores, etc. Dentre eles, destacaram-se os oradores que convocaram os explorados a destruírem “a ordem social existente” e instaurar “uma pátria universal” dos trabalhadores. No entanto, o tom do ato foi dado pelo Manifesto de convocatória, onde se assinalava que se trataria de “uma manifestação pública pacífica”, objetivando que “as classes elevadas e o público em geral conhecessem (...) as aspirações deste povo operário”.

Lembremos que em 1890, Cuba continuava a ser uma colônia espanhola. Fazia somente quatro anos do fim da escravidão. Os atos de 1º de Maio continuaram proibidos até 1902. Em 1918, o ato aprovou uma moção de saudação e so-



1º de Maio em Cuba

lidariedade à Rússia soviética. Em 1925, o ato foi novamente proibido. No ato de 1930, os trabalhadores que se manifestavam foram reprimidos e tombaram dois dirigentes sindicais. No ano 1937, o governo levantou a proibição diante das lutas operárias. Em 1939, fundou-se a Confederação de Trabalhadores de Cuba (CTC) e foi legalizado o ato de 1º de Maio.

Em 1947, o vigoroso avanço da corrupção e da venalidade da burocracia sindical da CTC expressava o processo de centralização autoritária da cúpula da central pelos governos subservientes ao imperialismo. Sob a ditadura de Fulgêncio Batista (1952 a 1959) e nas condições de violenta repressão, os setores classistas organizaram mobilizações de 1º Maio em paralelo aos atos da burocracia venal.

Com o triunfo da revolução Cubana, em 1959, os atos de 1º de Maio passaram a ter um caráter massivo, radicalizado e de defesa do processo revolucionário. Enquanto o imperialismo organizava a contrarrevolução e exigia a convocação de eleições, as massas, no ato de 1º de Maio de 1959, responderam: “Revolução sim; eleições não!”. O que refletiu a força social e política das massas, que instintivamente se projetaram no caminho da revolução social.

Em 1970, a mobilização de 1º de Maio se organizou no campo, visando a mobilizar as massas à colheita da cana de açúcar e assim cumprir com o plano agrícola do Estado. Nos anos 1994 e 1995, foram cancelados os atos, sob a justificativa da crise econômica e da queda da União Soviética (1991), principal aliado comercial de Cuba. As mobilizações começaram somente em 1996. Na década de 2000, a mobilização foi trocada pelas chamadas “Tribunas Abertas”. Em 2006, os atos tinham por palavra de ordem “*Unidos em defesa da Pátria Socialista*”.

Bolívia - 1971

Primeiro de maio – Operários ao Poder!

Publicamos o artigo de Guillermo Lora, que reflete os momentos agitados de 1971, quando se constituiu a Assembleia Popular. Justamente no 1º de maio se realizou a sessão pública no Palácio Legislativo. A reunião se transforma em Assembleia Popular, acatando um projeto de declaração apresentado pelos delegados do Partido Operário Revolucionário e pelo PCB. Está aí a importância da intervenção do POR no 1º de Maio deste ano, como expõe o artigo abaixo.

Repulsa a Torres

Um fato que a imprensa em geral se calou com reticência - a repulsa ao general Juan José Torres pelos manifestantes do Primeiro de Maio.

Atitudes equivocadas de alguns dirigentes sindicais deu margem a que o Presidente da República, sua equipe ministerial e seus guarda-costas pudessem se colocar, à altura da Praça Pérez Velasco, à cabeça das colunas dispostas a iniciar a marcha multitudinária do Primeiro de Maio.

A reação popular foi imediata, permitiu-se que a comitiva oficial partisse e os operários permaneceram parados até obter uma distância considerável, tudo para que a manifestação não oferecesse o menor indício de oficialismo. O presidente, ao se ver repudiado e totalmente isolado, parece que se limitou a marchar resignadamente até o Palácio do Governo.

Elementos governistas, utilizando todos os meios e particularmente os jornais e rádios, esgotaram todo o imaginável para que no Primeiro de Maio não se notasse a menor separação en-

Mas, Cuba entrava em um aberto processo de restauração capitalista, dirigido pelo Partido Comunista Cubano (PCC) e pela burocracia estalinista castro-guevarista.

Com a integração do castro-guevarismo, as manifestações de 1º de Maio passaram refletir a estatização da classe operária e a degeneração burocrática do Estado operário. Durante todo um período histórico - que ainda está em desenvolvimento -, os atos de 1º de Maio contaram com as bandeiras de defesa da revolução cubana e de defesa do regime político que abriu as portas à restauração capitalista. O 1º de Maio oficialista, de fato, não expressava a defesa da revolução cubana contra as pressões do imperialismo. Somente o internacionalismo proletário - ausente em Cuba - poderia dar lugar a um 1º de Maio anti-imperialista e socialista.

Conclusão

A revolução de Outubro de 1917 na Rússia despertou a classe operária mundial para a luta anticapitalista. Os 1º de Maio na América Latina, nesse período, foram instrumentos da defesa coletiva dos explorados e de solidariedade internacional à revolução. Não por acaso, a burguesia, auxiliada pela burocracia sindical e toda sorte de reformistas, procurou esvaziar o conteúdo revolucionário do 1º de Maio e transformá-lo numa data inútil.

A vanguarda consciente tem o dever de defender ferrenhamente o 1º de Maio e organizá-lo sob as reivindicações que brotam das necessidades dos explorados e que surgem da situação de crise econômica e política do capitalismo.

Somente a vanguarda educada e organizada no partido marxista-leninista-trotskista pode cumprir a tarefa de defesa do conteúdo proletário e internacionalista do 1º de Maio.

tre o governo e as massas. O ocorrido nesse dia demonstra que tudo foi inútil, a classe operária cuidou zelosamente de sua independência política. Isto não se pode desmentir pelo fato de que entre os manifestantes se tivessem distribuído algumas fotografias do Primeiro Mandatário, aqueles que as distribuíam o faziam de má vontade e em nenhum momento expressaram entusiasmo pelo regime militar e sua adesão.

Avalanche humana

Depois de muitos anos, os trabalhadores se voltaram massivamente às ruas para marcar com sua presença uma jornada de protesto e combate. Perde significado a discussão sobre se foram trinta ou cinquenta mil os manifestantes; a torrente humana que se viu celebrar pelas ruas pacenhas fala por si só da profunda mobilização dos explorados e oprimidos que tem lugar no país. Este fato objetivo tampouco pode ser desvirtuado porque o pessoal de alguns ministérios tenha se somado como ovelhas à marcha, obedecendo instruções de seus superiores

ou porque alguns empresários tivessem disfarçado seus agentes, objetivando fazer propaganda de seus produtos. O impulso revolucionário dos explorados permite passar por cima de todas essas tolices.

A marcha do Primeiro de Maio ocorreu em um ambiente tenso, cheio de ameaças e dominado pelos rumores mais absurdos, que foram propagados pela direita e também por certos setores governistas. Desafiando tudo o que poderia ocorrer, foi possível organizar a mais imponente manifestação dos últimos tempos. Contudo, na mesma medida em que cresceu numericamente, a concentração se viu diminuída em sua tumultuada combatividade. Em alguns momentos, deslizava simplesmente o mar de pessoas sem dizer palavra alguma. O Primeiro de Maio se enquadra nessa calma precursora de futuras tormentas que estamos vivendo.

As bandeiras

Talvez nem todos se dêem conta de que essa marcha monstruosa acentuou a convicção de que os explorados e o país não têm outro caminho que lançar-se à estruturação do socialismo e do governo operário. A maioria, o homem da rua, superaram

as falsificações contrarrevolucionárias sobre governos populares, as quais primam em agregar adjetivos altissonantes, e falam claramente de socialismo e da urgência de que os operários controlem o governo.

Do seio da enorme multidão emergiram cartazes que proclamavam o governo operário e a finalidade estratégica do socialismo. Também brotaram as consignas acerca da unidade indestrutível da aliança entre os operários, camponeses e estudantes. Há meses que os sindicatos e demais organizações populares vêm exigindo a entrega de armas ao povo, a única garantia para que a revolução não seja traída. Neste Primeiro de Maio voltou a ser utilizada esta palavra de ordem.

Certamente o Primeiro de Maio é um dia de luta internacional; o proletariado boliviano, particularmente o mineiro, perdeu na batalha muitos de seus melhores líderes. A manifestação esteve cheia de cartazes que lembravam de Lora, Camacho, Aguillar, etc., ponto visível na gigantesca luta que o povo vem travando por sua libertação.

Em La Paz, pela primeira vez, apareceram em meio aos manifestantes emocionados enormes retratos de Leon Trotsky.

(Extraído do Massas boliviano Nº 391, 9 de maio de 1971)

O Primeiro de Maio no início do movimento operário no Brasil

Sabe-se que a escolha da data se deu a partir das resoluções do congresso da Segunda Internacional ocorrido em julho de 1889, em Paris. A primeira manifestação deveria se realizar no ano seguinte. A decisão tomada em 1889 esteve profundamente influenciada pelos acontecimentos de Chicago, em 1886. Porém, refletia também esforços anteriores no sentido de criar um dia de luta internacional. No Brasil, o primeiro registro que se tem notícia é de 1891, na cidade do Rio de Janeiro. Durante toda a década de 1890 permaneceram pouco constantes, não raro somente com uma sessão solene circumspecta. Os condicionantes econômicos e sociais explicam a diferença no caráter das celebrações na Europa/EUA e no Brasil.

A Europa foi o berço da indústria moderna e da classe operária. O capitalismo já entrara em sua etapa imperialista a partir do último quartel do século XIX. O movimento operário acumulara uma experiência de meio século, tendo passado por guerras e revoluções. Nos EUA, o crescimento vertiginoso pós-guerra civil fez a exploração do trabalho atingir o limite da desumanidade. Daí a dureza das lutas em Chicago. Em toda parte, o proletariado concentrava suas energias na luta pela redução da jornada de trabalho e pela conquista de direitos que protegessem a força de trabalho diante da sanha capitalista.

Enquanto isso, o Brasil da segunda metade do século XIX ainda dava seus primeiros e vagarosos passos no processo de industrialização. Este se ergueu sobre a conjugação de fatores externos e internos. A pressão imperialista atuava no sentido da incorporação do país às relações capitalistas mundiais, na condição de semicolônia. Cabia-lhe o papel de importadora de capitais e de manufaturas.

Em 1890, o país acabava de abolir do regime escravista e proclamara o fim da monarquia, instituindo um governo republicano. A estrutura social estava determinada pelo processo de



transição das formas pré-capitalistas para a generalização do trabalho assalariado. A classe operária representava uma parcela diminuta da população. Mesmo com o acelerado crescimento demográfico, estima-se que os operários industriais eram cerca de 60 mil logo que acabou o Império. O seu crescimento, não obstante, é considerável e está ligado aos saltos na industrialização, particularmente após a Primeira Guerra Mundial. Em 1920, o número de operários já se aproximava de meio milhão, momento em que o Brasil atinge por volta de 30 milhões de habitantes. A massa de operários é incrementada pelo maciço fluxo de imigrantes. De forma que o proletariado brasileiro se constituirá em grande parte de ex-escravos, de camponeses que migravam para os centros urbanos e de imigrantes.

A origem do Primeiro de Maio no Brasil está intimamente ligada ao atraso econômico e à formação do proletariado. As condições de vida eram precárias. As cidades cresciam e com isso os imóveis se valorizavam. A moradia dos operários ia se



distanciando cada vez mais dos locais de trabalho, enquanto muitos optavam por erguer suas casas nos morros próximos ao centro (formação dos cortiços e favelas). A jornada de trabalho chegava a 16 horas de trabalho diárias. Crianças trabalhavam até exaurirem suas forças. Nas fábricas de tecidos, ainda em 1929, trabalhavam crianças de 8 anos de idade. E as mulheres ocupavam papel de extrema relevância na produção. Todavia, quando engravidadas, eram logo dispensadas do emprego. Em outras palavras, estava ausente um conjunto de medidas de proteção dos trabalhadores. Com mão-de-obra abundante e espalhada em pequenas indústrias, ficava mais fácil aos capitalistas manterem uma ameaça constante contra aqueles que se rebelassem, já que o exército de desempregados era imenso.

Os salários não eram suficientes para sustentar o trabalhador e sua família. Dados econômicos demonstram que, tomando por base o ano de 1914, e considerando 100 o índice de custo de vida e do nível de salários, em 1920, o índice do custo de vida passava para 163, enquanto o salário subia apenas para 143. Em 1924, tinha-se respectivamente 236 para o custo de vida e 211 para os salários. A inflação confiscava parte dos ganhos e favorecia grupos capitalistas.

O fim da escravidão, da monarquia e a instalação da república serviram a uma fração da velha oligarquia que assumia a chefia das forças produtivas capitalistas. Sem dúvida, foi um progresso no sentido de constituir o proletariado, que se desenvolverá como classe revolucionária. As primeiras lutas em defesa da redução da jornada, contra a expulsão dos estrangeiros, da proteção às crianças e mulheres e das condições sociais do trabalho estabeleceram as bases de um programa elementar da classe operária. A lei de férias, de 1925, do governo Arthur Bernardes, foi um sinal de que a burguesia cedia à luta operária. No período anterior, o proletariado protagonizou lutas de extrema importância, como o movimento da Companhia Paulista de Estrada de Ferro (1906). Foram 15 dias de enfrentamento com a patronal e o governo. Diante da resistência operária, as forças públicas, em Jundiaí, promoveram o massacre. O sangue dos operários regou a segunda quinzena de maio de 1906. O sacrifício não foi em vão. A Companhia teve de admitir as oito horas de trabalho para os operários das oficinas. Essa conquista repercutirá em seguida em todo o movimento operário.

O 1º de maio de 1907, em São Paulo, foi proibido. A polícia cercou a Praça da Sé. Os organizadores o transferiram para a sede da Federação Operária, onde é realizado um ato. De 1908

a 1912, destaca-se uma fração burocrática e oficialista alimentada pelo governo. As pressões da burguesia chegaram a ter efeitos negativos para a luta operária. Aproveitando o descenso, o governo em 1914 aventou a transformação do 1º de maio em dia oficial de festividades e de colaboração de classes.

No 1º de maio de 1915, há um reanimamento das lutas. A guerra mundial se refletia no Brasil. O 1º de maio de 1915, no Rio de Janeiro, contou com um fluxo massivo de populares. Tremulam as bandeiras “Guerra à guerra, queremos a paz”, “Paz entre nós, guerra aos senhores”, “Viva a Internacional”. E reivindicações políticas e econômicas.

O ponto alto desse processo foi a greve geral de julho de 1917, em São Paulo, que se transformou em uma rebelião política. Como resultado, conquistou-se uma lei em favor do trabalho das mulheres e dos menores. Em outubro de 1917, o Brasil se vê diante do estado de sítio. O governo o decreta em função das agitações operárias contra a entrada do país da guerra imperialista. Essa situação potenciará o 1º de maio de 1918. Mesmo estando sob proibição, organizou um movimento de apoio e de defesa da Revolução de Outubro na Rússia. Greves reivindicando 8 horas eclodiram. O ápice desse movimento será o 1º de maio de 1919. Estima-se que 60 mil trabalhadores e populares ocuparam as ruas do centro do Rio de Janeiro. Deram um viva ao proletariado internacional e à revolução liderada por partido bolchevique na Rússia. O hino da Internacional troou nas vozes do operariado. Ressalta a luta da classe operária na Bahia, que com uma greve geral impôs a lei das oito horas (10/junho/1919).

O desenvolvimento da luta operária nesse início do século esteve, em grande medida, sob a direção do anarco-sindicalismo. Esse período heroico de combates sangrentos e brutal perseguição política (prisões, deportações) impôs importantes conquistas trabalhistas e erigiu as bases para as conquistas futuras. O 1º de maio fez pulsar as tendências revolucionárias embrionárias do proletariado brasileiro e vinculá-las ao movimento internacional dos explorados.

O mais importante desse momento foi o fato do proletariado em luta amadurecer as condições para superar o anarquismo e sua vanguarda evoluir para a construção do partido comunista. A história posterior, desgraçadamente, é a da estalinização do partido comunista e de sua incapacidade de constituir o programa da revolução proletária e desenvolver uma política de independência de classe. Ainda nos seus primeiros anos de vida, refletiu a pujança do operariado e contribuiu para a realização de combativos 1º maio. É o que demonstram os atos na Praça Mauá (Rio de Janeiro) em 1927.

